



Índice

- 01** Índios interditam rodovia de MT e cobram pedágio de R\$ 100, diz PM
- 02** Funai investiga ataque de homens armados a acampamento de índios Kaiowá
- 03** Índios isolados na Amazônia peruana fazem contato pela 3ª vez na história
- 04** Líder indígena diz que sem Marina desenvolvimento da Amazônia é uma utopia
- 05** Índio é apreendido pela PF suspeito no desaparecimento de fazendeiro
- 06** MinC destina mais recursos para a cultura negra
- 07** Após recomendações do MPF/AM, comunidade quilombola em Manaus recebe certificação
- 08** AGU derruba liminar que suspendia licenciamento de usina
- 09** SSP elabora curso para enfrentamento da intolerância religiosa
- 10** Hidrelétrica no Tapajós é adiada para 2020
- 11** Cultura da sobrevivência: Indígenas que estão pelas ruas são protegidos por lei
- 12** Titulação de Terras Quilombolas no Pará é debatida em reunião no Incra
- 13** território tradicional Xakriabá é aprovado pela FUNAI
- 14** MPF/MG: audiência pública discute amanhã, 09/10, situação da comunidade quilombola
pesqueira de Caraíbas
- 15** Para o novo Governador do Mato Grosso os índios do estado precisam mais de dignidade do
que de terras



- 16** [Vestibular indígena](#)
- 17** [Bloqueio de indígenas em rodovia de MT não tem amparo legal, diz Funai](#)
- 18** [“Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” será lançado online dia 17 de novembro](#)
- 19** [Questão Indígena derruba Dilma e Marina e consagra Aécio Neves](#)
- 20** [Suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que taxa nacional](#)
- 21** [Carta da comunidade Guarani e Kaiowa de tekoha Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS-Brasil](#)
- 22** [Advocacia-Geral assegura declaração de posse de terra indígena ao grupo Guarani Kaiowá no MS](#)
- 23** [MPF/RJ move ação para que criança indígena conviva com o seu povo](#)
- 24** [Funai inicia mapeamento brasileiro de indígenas encarcerados em RR](#)
- 25** [Mulheres indígenas contam sua história em livro](#)
- 26** [Consea discute políticas públicas destinadas à pesca artesanal e à aquicultura familiar e envia Carta à Presidenta](#)
- 27** [Chamada para publicação de artigos: Mulheres Negras e Aborto, Autonomia e Liberdade](#)
- 28** [Encontro da 6ª Câmara do MPF discute conflitos e estratégias de soluções para a questão Quilombola](#)
- 29** [Estudantes indígenas do ICSA concluem graduação](#)

01 Índios interditam rodovia de MT e cobram pedágio de R\$ 100, diz PM
SÍTIO G1, 07.10.2014

*Eles cobram a pavimentação da MT-170, entre Juína e Brasnorte.
PM informou que 100 índios estão no local desde o dia 1º de outubro.*

Do G1 MT



Índios bloqueiam a MT- 170, que liga os municípios de Juína a Brasnorte (MT). (Foto: PM/Juína (MT))

Cerca de 100 índios da etnia Enawenê-nawê bloquearam a ponte sobre o Rio Juruena, na rodovia MT-170, que liga os municípios de Juína a Brasnorte, distante 737 km e 580 km de Cuiabá, respectivamente. De acordo com a Polícia Militar, os indígenas alegam que a interdição é como forma de protesto pelo não cumprimento de um acordo com o governo para a pavimentação da estrada que dá acesso à aldeia. Dessa forma, o motorista que trafega pelo trecho tem que pagar pedágio no valor de R\$ 100 para os índios.

O G1 entrou em contato com a Secretaria Estadual de Transporte e Pavimentação Urbana (Septu) mas o órgão não se manifestou sobre o caso. A assessoria da Fundação Nacional do Índio (Funai) também foi procurada, entretanto, informou que não é responsável pela ação dos índios.

Ao G1, o major da Polícia Militar de Juína, Anderson Luiz da Silva, disse que o bloqueio na estrada teve início na última quarta-feira (1º) e que teve acesso ao documento elaborado pelos índios, onde consta a reivindicação da pavimentação da rodovia. Conforme o documento, no dia 1º de outubro encerrava o prazo para início das obras no trecho e os indígenas declararam que só vão liberar o local quando a pavimentação da via iniciar.

CONT.



Índios bloqueiam a MT- 170, que liga os municípios de Juína a Brasnorte (MT). (Foto: PM/Juína (MT))

Muitos motoristas que precisam passar pelo trecho estão revoltados com a situação. Em entrevista ao G1, uma mulher que prefere não se identificar, relatou que passou duas vezes pela rodovia neste fim de semana e teve que pagar R\$ 200. "É um absurdo, não podemos aceitar isso. No próximo final de semana preciso passar pelo trecho novamente e vou ter que desembolsar mais R\$200 entre a ida e a volta. Isso é um assalto e custa muito no meu orçamento", frisou.



Índios bloqueiam a MT- 170 desde o dia 1º de outubro. (Foto: PM/Juína (MT))

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

A motorista contou também que os indígenas bloquearam a rodovia com toras de madeira, pedras e galhos de árvore. Além disso, estariam abordando os veículos com arco e flecha para intimidar os motoristas.



02 Funai investiga ataque de homens armados a acampamento de índios Kaiowá

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 07.10.2014

Após denúncia de indígenas Kaiowá sobre um ataque de homens armados com facas que destruíram acampamentos da comunidade Kurusu Ambá, em Coronel Sapucaia, a 400 quilômetros de Campo Grande, a Funai (Fundação Nacional do Índio) informou que tem conhecimento e acompanha o caso, mas não deu detalhes do encaminhamento da queixa.

De acordo com relatos dos indígenas a membros do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o caso ocorreu na sexta-feira (3), quando as 50 famílias que estão acampadas na sede da fazenda que consideram seu tekohá, a terra tradicional, se deslocaram até outra área para receber atendimento de agentes da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Por volta das 15 horas, “quatro sujeitos armados invadiram a sede da fazenda retomada pelos indígenas e desferiram golpes de facão contra as barracas montadas pelas famílias Kaiowá”, conforme os relatos.

A Funai, informou ainda que sabe que o ocorrido se tratou de “uma ação envolvendo não índios armados contra indígenas”, mas destacou que “ninguém ficou ferido”. Já a assessoria jurídica do Cimi, garantiu que informou a Polícia Federal sobre o caso, mas até ontem a tarde não teve retorno; além disso compartilhou os depoimentos dos índios com membros da Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas (UNHRC).

Conforme o Cimi, os Kaiowá de Kurusu Ambá não têm intenção de deixar o local, mesmo com constantes ameaças e informaram que estão começando o plantio para subsistência da comunidade. Os indígenas garantem que permancerão no acampamento até a demarcação. “Para os indígenas, voltar à situação na qual estava significa escolher 'uma outra forma de morrer'. Nesse caso, a morte pela fome, pela desnutrição crônica e pelas doenças provocadas pelos agrotóxicos junto ao riacho que corta seu antigo acampamento. Toda esta situação já foi denunciada inúmeras vezes por inúmeras organizações internacionais de direitos humanos. O governo federal não fez questão”, reclama o Cimi em publicação no site da entidade.

O Campo Grande News tentou contato, por telefone, com um dos moradores de Kurusu Ambá, mas o número estava fora de área, possivelmente pela localização do acampamento.

Campo Grande News

03 Índios isolados na Amazônia peruana fazem contato pela 3ª vez na história
SÍTIO G1, 07.10.2014

*O tráfico, a extração de madeira e o turismo ilegal levam riscos às tribos.
No contato com outros índios, os isolados buscam principalmente alimentos.*



O Profissão Repórter registrou um momento raro: um grupo de índios isolados e desconhecidos fez contato em uma vila, na Amazônia peruana. Nossa equipe fez uma expedição a uma das regiões mais remotas da floresta e revela como estes povos estão ameaçados de extinção. Os madeireiros e o turismo ilegal pressionam povos isolados e faz com que apareçam na fronteira do Acre com o Peru. No Brasil, um grupo de índios fez seu primeiro contato há dois meses.

<http://s02.video.glbimg.com/x240/3680581.jpg>

Um vídeo feito em 2013, na parte peruana da Amazônia, mostra um grupo de índios fazendo contato. É a primeira tentativa de comunicação deles desde 2000. Quem grava as imagens é outro índio, de uma tribo já conhecida, que faz parte da Associação de Proteção aos Povos do Rio Madre de Dios.

Os repórteres Thiago Jock e Emílio Mansur viajam para o Peru com João Pavese, um brasileiro que está fazendo um documentário sobre os isolados. Ele trabalha há dez anos com grupos indígenas.

Cuzco é a primeira parada. De lá partem os turistas para várias regiões do país. Há dois anos, ONGs internacionais denunciam que guias levam turistas ilegalmente até as áreas dos índios isolados. Os passeios para as regiões onde vivem os isolados são como safáris humanos e são um risco para os índios, que não têm defesas para as nossas doenças.

CONT.



Os índios isolados têm contatos com turistas, madeireiros e missionários, que tentam catequizar os povos oferecendo ferramentas e roupas. Segundo ativistas peruanos, o resultado desse contato é devastador. O índio e sociólogo Hector Sueyo explica que os madeireiros apresentam maior risco aos povos isolados. Grandes áreas de mata virgem são derrubadas para a extração de madeira. Marcas da presença dos madeireiros estão por todo caminho, mas a principal delas é o assassinato de quatro líderes indígenas. O fato foi notícia em todo o mundo e aconteceu um dia antes da chegada de nossa equipe ao rio Madre de Dios.

A viagem até a região dos isolados leva sete dias de barco. A cada 12 horas de viagem, a equipe acampa na margem do rio. Durante uma dessas pausas, Hector conta que o primeiro contato de seu pai foi com missionários espanhóis, na década de 60. Os espanhóis sobrevoavam a área em pequenos aviões e jogavam ferramentas e doces para os índios. O contato da tribo com esse material contaminou boa parte deles com sarampo e varíola, matando mais da metade da tribo nos primeiros anos após o contato.

<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2014/10/indios-isolados-na-amazonia-peruana-fazem-contato-pela-3-vez-na-historia.html>

Pouco tempo depois de nossa equipe chegar à comunidade de Monte Salvado, os índios isolados apareceram pela terceira vez na história. A relação entre as tribos é de medo. Rapidamente os isolados recolhem as bananas e cordas oferecidas em canoas, para evitar o contato direto. O grupo permaneceu na região por três dias. O céu nublado foi o anúncio da partida. Eles sabem que a chuva apaga os rastros que deixam pelo caminho e assim voltam a ser parte de uma Amazônia desconhecida.



04 Líder indígena diz que sem Marina desenvolvimento da Amazônia é uma utopia

SÍTIO YAHOO! BRASIL NOTÍCIAS, 07.10.2014

Rio de Janeiro, 7 out (EFE).- O líder de uma etnia indígena da Amazônia, Tashka Yamanawá, participou nesta terça-feira de uma conferência do TEDGlobal 14, onde afirmou que a ausência de Marina Silva (PSB), no segundo turno das eleições presidenciais transforma em utópicas as políticas de desenvolvimento para a região.

"Marina (Silva), infelizmente, não chegou ao segundo turno. Agora é utópico que possamos ter políticas que respeitem os povos indígenas e o meio ambiente", declarou à Agência Efe o líder dos Yamanawá, etnia que vive no Acre.

A ex-ministra do Meio Ambiente no governo Lula, a terceira candidata mais votada nas eleições presidenciais de domingo, com 21,32% dos votos válidos, é uma reconhecida defensora da Amazônia, onde Marina nasceu e trabalhou junto do líder ambientalista Chico Mendes.

Marina ficou boa parte da corrida em segundo lugar, com chances reais de concorrer no segundo turno contra a atual presidente, Dilma Rousseff, e até vencê-la, mas teve somente 21,3% dos votos e ficou de fora da reta final da disputa.

O porta-voz dos Yamanawá disse que as principais necessidades de seu povo são conseguir "o direito sobre a terra" e a eliminação de algumas políticas nacionais de desenvolvimento que afetam diretamente suas terras.

"A abertura de estradas na Amazônia estraga as comunidades e isso não tem volta. Fizeram muitas e não respeitaram os estudos de impacto ambiental, social ou cultural. Trouxeram mais problemas que benefícios", afirmou.

O líder indígena disse igualmente que a luta de seu povo também pretende garantir mecanismos legais que permitam desenvolver social e economicamente o território preservando sua cultura, sua língua e sua espiritualidade.

Yamanawá também se queixa que o governo não cumpre as promessas feitas aos moradores da região como contrapartida pela construção destas infraestruturas. "Prometeram construir escolas, centros de saúde e apoio para que nossa produção fosse auto-suficiente. Em vez de isso, as pessoas estão dependentes de programas sociais paternalistas que, em vez de melhorar a qualidade de vida, a pioram", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

Um desses programas sociais a que o líder indígena fez referência é o "Bolsa Família" que tirou 40 milhões de brasileiros da pobreza.

Para Yamanawá, este tipo de ajuda cria cidadãos "dependentes" do Estado, o que, segundo ele, provocou um aumento do nível de "alcoolismo e de suicídios" nas aldeias da região.

Outro dos assuntos que o preocupa são as prospecções petrolíferas realizadas na Amazônia desde 2008. "O governo insiste que o petróleo trará riqueza, mas só será para os empresários que vivem em Copacabana", criticou, sobre as políticas de desenvolvimento do país que afetam diretamente seu território.

Ele também comentou os efeitos colaterais da construção de hidrelétricas na região. "Pela primeira vez na história o Acre ficou isolado do Brasil. Houve inundações que não nos permitiam sair dali", ressaltou.

O líder dos Yamanawá participou da primeira sessão de conversas da conferência anual TEDGlobal 14, que acontece até o próximo sábado, dia 10, no Rio de Janeiro.

Segundo o chefe indígena, o objetivo de sua exposição era transmitir um "mensagem de unidade", porque não importa "a raça ou religião, já que todos temos as mesmas responsabilidades dentro da aldeia global".

"Foi uma grande oportunidade para apresentar ao mundo nossos problemas. Não se pode respeitar algo que não conhece e acho que assim conseguiremos mais apoio para nossa causa", disse Yamanawá sobre a oportunidade de participar deste evento, que acontece pela primeira vez na América Latina. EFE

05 Índio é apreendido pela PF suspeito no desaparecimento de fazendeiro
SÍTIO G1, 07.10.2014

*Participação de indígena de 58 anos é investigada em Teixeira de Freitas.
PF diz que inquérito aponta índio como um dos responsáveis pelo sumiço.*

Do G1 BA

A Polícia Federal apreendeu na manhã desta terça-feira (7), no município de Teixeira de Freitas, a 689 quilômetros de Salvador, sul da Bahia, um índio suspeito de envolvimento no [desaparecimento](#) do produtor rural Raimundo Domingues Santos. Ele sumiu no dia 9 de agosto, entre as cidades de Itamaraju e Porto Seguro.

De acordo a PF, o suspeito, que tem 58 anos, foi apreendido, inicialmente, por portar ilegalmente munições calibre 38 e 22. Apesar do pagamento de fiança, a PF detalha que ele não foi solto por determinação da Justiça Federal após identificação de envolvimento no sequestro e cárcere privado do produtor rural.



Raimundo Domingues Santos desapareceu no dia 9 de agosto na Bahia (Foto: Imagens / TV Bahia)

Conforme a PF, o nome do suspeito aparece no inquerito de investigação. O órgão, entretanto, não detalha se o nome do índio foi apontado por testetemunhas do sequestro ou pelos laudos da perícia. Mesmo com a identificação de um dos suspeitos, a PF ainda não tem pistas do produtor rural desaparecido.

Caso

O delegado da Polícia Federal de Porto Seguro, no sul da Bahia, Eriosvaldo Renovato, disse à época que o produtor rural Raimundo Domingues Santos, que sumiu e que estaria sendo mantido refém, não foi encontrado nas buscas feitas na Fazenda Brasília, localizada entre as cidades de Itamaraju e Porto Seguro.

CONT.



Núbia Alves dos Santos, filha do fazendeiro, acusou índios de terem sequestrado o fazendeiro. Segundo o delegado, um vaqueiro que foi mantido refém junto com Raimundo, mas que conseguiu fugir, disse em depoimento que o crime foi cometido por índios da região. “Entretanto, não podemos confirmar a informação”, destacou o delegado.

De acordo com Núbia, existe um conflito entre indígenas e fazendeiros desde o início do ano por posse de terras na região. O vaqueiro que acompanhava o fazendeiro informou que cerca de 30 homens armados com revólveres, pistolas e espingardas sequestraram o produtor.

Em depoimento, o vaqueiro relatou que conseguiu fugir pelo mato e andou 14 km até conseguir ajuda com moradores que o levaram até o município de Itamaraju. Segundo a polícia, o vaqueiro também informou que o local onde ocorreu o crime é uma invasão e não uma reserva indígena.

Relato da família

De acordo com Núbia, o produtor Raimundo Domingues Santos teria recebido um comunicado de um cacique no dia 8 de agosto para buscar animais e pertences que estavam na fazenda ocupada pelos índios. Ao chegar no local, ele foi feito refém.

"Eles estão alocados na propriedade de meu pai e de outros fazendeiros também. Quando ele chegou lá, verificou que estava faltando alguns animais e recebeu a informação que o cacique da tribo queria falar com ele. Foi aí que ele seguiu para a fazenda em que o cacique estava", relatou Núbia. A filha do produtor informou que ele conversou com o cacique, mas ao sair para ir embora, foi amarrado e agredido pelos índios, que estavam armados.



06 MinC destina mais recursos para a cultura negra

SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 07.10.2014

A ministra da Cultura Marta Suplicy defendeu, durante lançamento do [Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras](#), na manhã desta terça-feira (7/10), em Goiânia (GO), um olhar mais atento do Ministério da Cultura (MinC) para grupos geralmente considerados excluídos, como é o caso da população negra. O prêmio visa reconhecer e apoiar iniciativas culturais realizadas por comunidades quilombolas, religiosas de matriz africana e coletivos negros.

Com inscrições abertas até 6 de novembro, interessados irão concorrer a 60 prêmios no valor total de R\$ 2,4 milhões. “Desde que cheguei ao ministério, há uma preocupação, que tem se transformado em ações, de dar um olhar mais atento para grupos geralmente excluídos como as comunidades afrodescendentes, LGBT, ciganos, índios e mulheres”, afirmou a ministra. Ela enfatizou a importância do edital lançado em Goiás, específico para a comunidade quilombola, povos tradicionais de matriz africana e coletivos de cultura negra. “Achamos que esse será o coroamento da comunidade afrodescendente, já que vamos ter atingido diferentes áreas da cultura. A identidade de uma nação se faz com a cultura e a participação da cultura negra no Brasil”, completou.

Marta Suplicy lembrou ainda que existe um esforço no governo para tornar os editais mais simples. “Há um grupo trabalhando para fazer algo unificado e que realmente torne o processo mais fácil. Para isso, também estamos realizando oficinas pelo Brasil, para que as pessoas tenham a informação das ações do ministério e para ajudar os interessados a se inscreverem e a preencherem os formulários”, comentou.

[Prêmio de Culturas Afro](#) - concurso premiará atividades nas áreas de literatura, música, artes plásticas e cênicas e, dessa forma, pretende facilitar o acesso de comunidades de expressão afro-brasileira aos mecanismos de fomento à cultura. Representa também uma forma de cumprir as diretrizes do Plano Plurianual do Governo Federal e do Plano Nacional de Cultura.

A premiação está dividida em três categorias: Iniciativa Cultural Quilombola; Iniciativa Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Iniciativa Cultural de Coletivos Culturais Negros. Estão aptas a participar pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades culturais voltadas para comunidades ou expressões quilombolas ou ambas, de povos e comunidades de matriz africana e outros bens culturais afro-brasileiros. A iniciativa é uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a Secretaria da Cidadania de Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Em Goiás, há registro de 28 comunidades quilombolas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

Para o presidente da FCP/MinC, Hilton Cobra, a ideia é que a partir desse Prêmio os coletivos negros, comunidades de terreiro e quilombolas que desenvolvam ações para a preservação e difusão da cultura negra possam se tornar Pontos de Cultura e integrar uma rede dedicada ao tema. “Não é possível um país rico, desenvolvido, sem que suas matrizes culturais estejam preservadas”, disse.

Cultura negra viva em Goiás - Durante a solenidade, a apresentação do grupo de dança Comunidade Quilombola João Borges Vieira animou a plateia. Além disso, o grupo Visual Ilê e o grupo de Capoeira Só Angola e Mestre Passo Preto interpretaram o Hino Nacional. Mais de 50 representantes da cultura afro de Goiás participaram da cerimônia de lançamento do edital.

O evento também contou com a participação do prefeito de Goiânia, Paulo Siqueira Garcia, e da secretária municipal de políticas para a promoção de igualdade racial, Ana Rita Marcelo de Castro. “Na última década, o Brasil tem reconhecido a presença e importância da comunidade negra. As políticas afirmativas são armas importantes para ultrapassar a barreira do preconceito e promover a desconstrução de uma sociedade racista, patriarcal e homofóbica”, afirmou Ana Rita de Castro.

MinC e Cultura Negra - Além desta iniciativa, outras três também estão destinadas ao fomento e promoção da cultura negra: a 3ª Edição do Prêmio Expressões Populares Afro-brasileiras, desenvolvido pela Petrobras, Cadon em Parceria com a FCP-MinC; o Prêmio Cultura Hip Hop e a Bolsa Funarte para Artistas Negros. Juntos, os certames somam R\$ 10 milhões. A SaV (Secretaria de Audiovisual do MinC) também prepara um edital específico para produção audiovisual negra.

Fonte: Com informações do Ministério da Cultura



07 Após recomendações do MPF/AM, comunidade quilombola em Manaus recebe certificação

SÍTIO CEDEFES, 07.10.2014

Portaria publicada no Diário Oficial da União certifica que a comunidade do Barranco, no bairro Praça 14 de Janeiro, se autodefine como remanescente de quilombo

Um ano depois de o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) instaurar inquérito civil para acompanhar o caso, a Fundação Cultural Palmares certificou a comunidade do Barranco, no bairro Praça 14 de Janeiro, zona Sul de Manaus, como remanescente de quilombo. A portaria que oficializa a certificação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do último dia 24 de setembro.

Em outubro de 2013, o [MPF/AM visitou a comunidade](#), conheceu a história de resistência dos primeiros habitantes do local e conversou com os atuais moradores, entre outros temas, sobre as expectativas em relação ao autorreconhecimento como remanescentes de quilombo. Da visita surgiu a proposta de realizar uma [edição do projeto MPF em Movimento na comunidade do Barranco](#), o que ocorreu no mês seguinte. Na ocasião, um grupo de 15 pessoas, entre servidores e procuradores do MPF, foram até a comunidade para conhecer os projetos culturais desenvolvidos e discutir novamente sobre o processo de certificação como quilombo urbano.

Os debates programados pelo projeto ocorreram em frente a uma das casas localizadas na comunidade do Barranco, que fica exatamente em um dos pontos mais altos dos barrancos que dão nome à comunidade e abriga o altar mantido em honra a São Benedito, festejado como padroeiro da comunidade. A partir da manifestação clara dos comunitários em iniciar o processo formal de autorreconhecimento como remanescentes de quilombo, o [MPF recomendou à Fundação Cultural Palmares](#), na véspera do Dia da Consciência Negra, a instauração de processo de certificação da comunidade e realização de visita técnica para prestar esclarecimentos aos moradores.

A tão sonhada visita técnica da Fundação Cultural Palmares à comunidade do Barranco ocorreu em fevereiro deste ano, em atendimento à recomendação do MPF. Além de ouvir os moradores sobre a relação histórica da comunidade com a migração da população para a capital amazonense no século XIX, os técnicos da fundação colheram informações para subsidiar o parecer sobre a certificação do autorreconhecimento como remanescentes de quilombo, manifestado pelos comunitários durante o processo.

Antes mesmo da publicação da certificação no Diário Oficial, o MPF/AM expediu [recomendações ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(Iphan\)](#) e à Secretaria de Cultura do Estado do

CONT.



Amazonas para que providenciassem o registro da Festa de São Benedito como bem do patrimônio cultural brasileiro e de Manaus. O festejo é realizado tradicionalmente entre os meses de março e abril, na comunidade do Barranco, desde a chegada dos negros do Maranhão, no fim do século XIX e início do século XX, até hoje.

Jamilly Souza, que pertence a uma das famílias fundadoras da comunidade e hoje é uma das lideranças do Barranco, contou que a notícia da certificação foi recebida com muita festa pelos moradores. Ela ressaltou que o reconhecimento formal trazido pela certificação abre novos horizontes para toda a comunidade negra do Amazonas. “Essa vitória nos torna mais visíveis aos olhos da sociedade, pois muita gente sequer imaginava que nossa comunidade existe e resiste em Manaus. Estamos fazendo história”, disse.

A expectativa dos moradores do Barranco a partir da certificação, segundo Jamilly Souza, é poder proporcionar novos aprendizados tanto para a comunidade local como para todo o Estado a partir do acesso aos programas federais voltados às comunidades quilombolas. “Muitos moradores da própria comunidade desconhecem sua história, é muito importante sabermos de onde viemos. Muitos também foram discriminados, nunca tiveram oportunidades na vida pelo simples fato de serem negros. Precisamos desenvolver iniciativas para difundir nossa história e resgatar nessas pessoas o orgulho de suas origens de resistência negra e quilombola”, completou.

Políticas públicas e programas de acesso à cidadania – Como não houve reivindicação por demarcação de terra na certificação da comunidade do Barranco, a publicação oficial da portaria de registro junto à Fundação Cultural Palmares encerra o processo. Conforme informações disponíveis no [site da instituição](#), a formalização da existência das comunidades quilombolas garante a elas o direito a assessoramento jurídico e no desenvolvimento de projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

Em todo o país, mais de 2,3 mil comunidades são certificadas como quilombolas. Conforme o site da fundação, o Amazonas concentra outras cinco comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombo.

Fonte: por Raphael Cortezão, MPF/AM



08 AGU derruba liminar que suspendia licenciamento de usina
SÍTIO DIÁRIO WEB, 07.10.2014

André Magnabosco - AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) derrubou a liminar que suspendia o licenciamento da Usina Hidrelétrica de São Manoel, em Mato Grosso, caso o processo não ocorresse de forma concomitante à realização de uma consulta a povos indígenas potencialmente impactados pela obra. A consulta deveria ocorrer em um prazo de 90 dias.

A obra, uma usina de 700 MW de potência em construção no rio Teles Pires, entre o Mato Grosso e o Pará, já havia recebido licença de instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, no final de agosto, teve autorização para início de construção. O projeto, contudo, foi interrompido por decisão da 1ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso, como forma de defender os interesses de comunidades indígenas instaladas na região.

Nesta terça-feira, 07, a AGU anunciou a derrubada da liminar, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). "Os advogados públicos confirmaram que a decisão de primeira instância poderia causar atrasos nas obras e interferir no equilíbrio econômico do setor já que a usina contribuirá para o atendimento da demanda de energia elétrica nos Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas", informou a AGU.

A usina passa nesse momento pela fase de construção das chamadas ensecadeiras, estruturas que desviam uma parte do rio para que as máquinas possam trabalhar em área seca. "Por isso, caso a sentença de primeiro grau fosse mantida, inviabilizaria o empreendimento para este ano, devido o aumento da vazão do rio Teles Pires, acarretando um atraso de cerca de um ano para esta atividade", complementou a AGU.

O órgão do governo federal destaca ainda que o processo de licenciamento da usina seguiu os ritos previstos, incluindo a apresentação e espaço para que a comunidade indígena potencialmente impactada pela obra tivesse conhecimento e oportunidade para se manifestar.

Fonte: Estadão Conteúdo



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

09 SSP elabora curso para enfrentamento da intolerância religiosa

SÍTIO D24am, 07.10.2014

Há três meses, o MPF recomendou para a SSP a promoção de capacitação dos policiais

Thiago Freire / portal@d24am.com

Manaus - Com 3 meses de atraso, a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), através da Ouvidoria do órgão, elaborou a programação do curso específico para os agentes da segurança pública para enfrentamento da intolerância religiosa, diálogo e garantia de proteção adequada às minorias, após recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

A recomendação do MPF para a SSP foi feita em maio deste ano, e dava 60 dias para promover a capacitação dos policiais civis e militares, e 120 dias para propiciar espaços de recebimento de denúncias.

O ouvidor do Estado, Aloízio Paes, que coordenou a elaboração do curso, afirmou que nos próximos 30 dias o conteúdo programático estará liberado para uso em um curso de capacitação.

“Vamos estudar a melhor forma de este curso alcançar o maior número de policiais. O ideal é que o curso seja presencial. O curso será inserido na formação básica dos próximos policiais que entrarem no sistema de segurança pública”, disse o ouvidor. A capacitação será realizada pelo Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Estado (Iesp-Am).

De acordo com o Aloízio Paes a ouvidoria acolhe todas as denúncias referentes ao tema e dá encaminhamento necessário.

Ainda segundo Aloízio, a ouvidoria do Estado, em parceria com três associações ligadas a religiões de matriz africana, elaborou uma cartilha da Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e Contra o Ódio religioso. O material será lançado ainda este mês em um grande evento, ainda sem data definida.

Crimes

Em maio deste ano, o Diário do Amazonas fez uma matéria mostrando que em 9 anos, [cerca de 15 pais e mães de santo sofreram crimes de intolerância religiosa](#), segundo dados da Articulação Amazônica de Povos Tradicionais de Matriz Africana (Aratrama). Os dados foram usados pelo MPF para realizar as recomendações a SSP.

Na entrevista, o procurador da República, Júlio José Araújo Júnior, explicou que a recomendação foi resultado de inquérito civil público, que mostrou o aumento de crimes por intolerância religiosa em Manaus.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

“As comunidades tradicionais e seus representantes apresentaram casos que iam de violências cotidianas até físicas, em audiência pública realizada ano passado. Após isso, apurarmos e percebemos que, embora exista na Casa Civil um projeto de delegacias especializadas, os órgãos de segurança deram respostas genéricas e não souberam dar detalhes dos crimes, pois não apuram essa diferenciação”, explicou Júnior.

10 Hidrelétrica no Tapajós é adiada para 2020
SÍTIO FOLHA DO PROGRESSO, 07.10.2014



A maior hidrelétrica prevista para ser construída no País acumula mais de quatro anos de atraso em relação ao cronograma originalmente previsto. A situação da megausina de São Luiz do Tapajós, no Pará, tem obrigado o governo a buscar outras alternativas para suprir a demanda futura de energia. Desenhada para retirar 8.040 megawatts das águas do Rio Tapajós, a usina tinha previsão de iniciar suas operações em janeiro de 2016, segundo cronograma da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Hoje, o prazo mais otimista joga essa data para agosto de 2020.

As dificuldades para realizar o leilão de São Luiz estão diretamente ligadas à complexidade socioambiental do empreendimento, com impacto em unidades de conservação ambiental e terras indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) decidiu ontem rejeitar a viabilidade do projeto. A decisão, revelada no portal Estadão.com, foi tomada após análise dos dados do estudo sobre impactos indígenas da usina. O levantamento foi elaborado por uma empresa contratada pela Eletrobrás, estatal que encabeça o projeto.

Em seu parecer, a Funai conclui que São Luiz significa 14 impactos negativos aos índios e terras indígenas – seis dos quais, irreversíveis. Na avaliação da autarquia, o projeto é inconstitucional por alagar áreas indígenas, o que é proibido pelo artigo 231 da Constituição.

O parecer da Funai, assinado pela presidente Maria Augusta Assirati, deve ser encaminhado entre hoje e sexta-feira ao Ibama, a quem caberá fazer a avaliação conclusiva sobre a viabilidade da usina. A Funai não comenta o assunto. Pelas regras do licenciamento ambiental, a Funai não tem poder de paralisar o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

empreendimento, ou seja, se o Ibama entender que a usina é viável, poderá apresentar justificativas e ações de compensação ao índios e, dessa forma, liberar o licenciamento ambiental da obra.

Tamanho

O atraso de São Luiz compromete o planejamento energético por conta de sua magnitude. Dos 18 novos projetos hidrelétricos previstos para entrar em operação entre 2019 a 2023 – um conjunto de usinas que soma 14.679 MW -, a usina de São Luiz representa sozinha 55% de toda energia.

Prevista para ser a primeira hidrelétrica construída no Tapajós, São Luiz seria alimentada por um reservatório com área de 729 km² e uma barragem de 7,6 km de extensão. Apesar de o governo insistir que o empreendimento não afeta terras indígenas, há aldeias situadas a poucos quilômetros do ponto previsto para a barragem, como a Sawre Muvbu, de índios mundurucus.

O governo alega que essas terras não foram homologadas e que, por isso, não poderiam ser reconhecidas como terra indígena. O Estado apurou, no entanto, que pedidos de homologação de terras foram feitas anos atrás, mas o processo não avançou. Até dois anos atrás, a Funai em Itaituba (PA) já tinha identificado cinco aldeias dos índios mundurucu na região – uma população de aproximadamente 500 pessoas. Há uma forte apreensão sobre a reação dos índios que vivem no Alto Tapajós, onde nasce o rio, na divisa de Mato Grosso com o Pará. Cerca de 12 mil índios mundurucus habitam essa região.

As polêmicas do projeto não se limitam aos atritos com os índios. Para viabilizar a usina, o governo reduziu, em 2012, as áreas de florestas protegidas na região. No último dia 17, o governo chegou a anunciar que faria o leilão de São Luiz em dezembro. Um dia depois, o Ministério de Minas e Energia cancelou o certame, que agora não tem data para ocorrer. Procuradas pela reportagem, a Eletrobrás e a EPE não responderam os pedidos de entrevista.

Por: André Borges

Fonte: O Estado de São Paulo

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM: 93-81171217 / (093) 84046835 (Claro) e-mail para contato: folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

11 Cultura da sobrevivência: Indígenas que estão pelas ruas são protegidos por lei
SÍTIO FATO NOVO, 07.10.2014

Para os Caigangues, é normal crianças trabalharem com os pais



Família vem de Tabai para vender artesanato em Montenegro

A circulação de indígenas no centro de Montenegro tem chamado a atenção das pessoas há alguns meses, e a situação das crianças acabou gerando diversas reclamações às autoridades. Tanto o Conselho Tutelar, quanto a Brigada Militar e Polícia Civil, recebem diariamente denúncias dando conta das atividades das famílias Caigangues pelas ruas centrais da cidade. O assunto foi tema de uma reunião no auditório do Ministério Público Estadual em Montenegro, promovida pelo Conselho Tutelar. Convidados representantes do MP, Polícia Civil, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Saúde e Funai.

A representante da Fundação Nacional do Índio, Marcela Meneghetti Baptista, explica que os índios Caigangue fazem parte de um assentamento de Tabai. “Eles vão ocupar uma área de terra cedida pelo Dnit em compensação à duplicação da BR 386, e enquanto o local é estruturado, eles vão para os grandes centros venderem seu material”. Marcela destaca que o fato de as crianças venderem artesanato e pedirem dinheiro não significa que estão abandonadas. “Eles vêm para Montenegro para vender seu artesanato, que é a forma de subsistência deles. Faz parte da cultura Caigangue as famílias trabalharem juntas, inclusive as crianças” explica. A indigenista acrescenta que eles pedem dinheiro “porque as vendas do artesanato não estão sendo suficientes”. Marcela diz ainda que os índios são protegidos por lei específica na Constituição Federal.

Outras reuniões deverão ser realizadas sobre o assunto, e o promotor público Celso Stein ressalta que as

CONT.



causas relativas aos índios cabem ao Ministério Público Federal (MPF). “Um índio descalço não quer dizer que está mal cuidado, mas na verdade é uma questão cultural, que temos que entender”, observa. Segundo ele, se houver necessidade, a promotoria de Montenegro pode encaminhar ao MPF as demandas dos índios.

Sobrevivência

O menino de 12 anos fica na frente da agência bancária abordando as pessoas. Oferece as peças de artesanato feitas com linha e penas que carrega atadas em cordões coloridos. Com a recusa da oferta, pede um “dinheirinho”. A reportagem pergunta quantos ele vendeu até as 15 horas de ontem, terça-feira. “Só um”, é a resposta tímida do pequeno indígena. Perguntado pelos familiares, ele aponta para a Praça Rui Barbosa, área central de Montenegro. A mãe do indiozinho, Cleusa Emílio, está com o irmão, Bibiano Moreira, e a cunhada Leonora Leopoldino, em um dos bancos da praça, confeccionando as peças artesanais. A princípio ficam desconfiados com a chegada da reportagem. Aos poucos, porém, concordam em falar sobre sua realidade. “Viemos de Tenente Portela pra Tabaí, mas o terreno não está pronto”, explica Cleusa. “O prefeito de lá não quis que as crianças entrassem na escola deles”, completa Leonora.

As sete famílias que foram deslocadas para Tabaí revezam-se entre Montenegro e Estrela para vender as peças de artesanato e conseguir dinheiro para sobreviver. “Às vezes xingam a gente”, observa Cleusa.

Segundo ela, as pessoas não entendem que assim é a cultura deles. “Eu tenho o papel aqui”, fala, enquanto saca de uma das bolsas uma folha de papel plastificada, com o resumo dos direitos constitucionais dos índios.

É uma das poucas formas que a família tem de se resguardar caso sofra algum tipo de violência. E se surpreendem quando a reportagem diz que eles podem chamar a polícia caso sejam ofendidos.

JB Cardoso - jb.cardoso@fatonovo.com.br

12 Titulação de Terras Quilombolas no Pará é debatida em reunião no Incra
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.10.2014



Foto reproduzida do site Terra de Direitos

[Terra de Direitos](#)

Na manhã de hoje (7), representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério Público Federal e de comunidades quilombolas estarão reunidos no gabinete do Incra em Santarém/PA para a [II Mesa de Acompanhamento dos Processos de Regularização Fundiária Quilombola no Pará](#). Realizado pouco mais de dois meses após a primeira reunião, o evento tem como objetivo o acompanhamento de 18 casos de titulação de terras quilombolas no Oeste do estado.

Entre os assuntos que estão previsto na pauta, está a situação de sobreposições existentes no Projeto de Assentamento Especial Quilombola Erepecuru com o Território Quilombola Ariramba. Em acordo firmado com o Incra em 1998, ficou definido que o Instituto faria a exclusão dos lotes de terra individuais na região. Mas a ação até hoje não foi finalizada, e os moradores pedem a resolução do caso.

O processo de regularização da comunidade Arapucu (Obidos/PA), e a análise da formação de um único território entre Moura e Jamari (em Oriximiná/PA) também devem entrar na pauta da reunião.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

A realização de Mesas para discussão da situação dos processos de titulação de terras quilombolas no Pará se mostra como um importante instrumento de cobrança aos órgãos responsáveis pela regularização dos territórios. Alguns grupos de remanescentes quilombolas estão há mais 10 anos com processo de reconhecimento da terra. Essa demora fragiliza a sobrevivência física, social, econômica e cultural dessas comunidades.



13 território tradicional Xakriabá é aprovado pela FUNAI
SÍTIO CEDEFES, 07.10.2014

Mais duas: antes de sair, Maria Augusta Assirati aprovou o Relatório da Terra Indígena Xakriabá, Minas, e prorrogou por dois anos a proteção aos Piripkura de Mato Grosso

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.153, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

A PRESIDENTA INTERINA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 1º da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, em conformidade com o art. 7º do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, e diante dos relatórios e elementos constantes no Processo nº 08620.002058/85, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por dois anos, o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 1264, de 03 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de outubro de 2012, Seção 1, página 46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI

DESPACHO DA PRESIDENTA

Em 19 de setembro de 2014

Nº 81 - A PRESIDENTA INTERINA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo FUNAI/BSB nº 08620.040804/2013-89, e a determinação judicial proferida na Ação Civil Pública nº 1854-98.2014.4.01.3807, em trâmite na 3ª Vara Federal de Montes Claros/MG, e considerando o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, decide:

Aprovar as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xacriabá, de ocupação tradicional do povo indígena Xakriabá, localizada nos municípios Conego Marinho, Itacarambi e São João das Missões, Estado de Minas Gerais, substanciadas no resumo do citado Relatório Circunstanciado.

MARIA AUGUSTA BOILITRREAU ASSIRATI

Tania Pacheco – [Combate Racismo Ambiental](#)

Mais duas decisões de Maria Augusta Assirati foram hoje publicadas no Diário Oficial da União. A primeira, Portaria nº 1.153, datada de 30 de setembro de 2014, tem apenas um artigo, além do “esta portaria entra em vigor na data de sua publicação”. Nele, a ex-presidente interina prorroga “por dois anos, o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 1264, de 03 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de outubro de 2012, Seção 1, página 46. A segunda é, na verdade, um despacho ainda mais antigo, de 19 de setembro, através do qual ela aprova “as conclusões dos estudos de identificação e

CONT.



delimitação da Terra Indígena Xacriabá, de ocupação tradicional do povo indígena Xakriabá, localizada nos municípios Cônego Marinho, Itacarambi e São João das Missões, Estado de Minas Gerais, consubstanciadas no resumo do citado Relatório Circunstanciado”.

O resumo se inicia na página 30 do DOU e termina na 36. É um belo e detalhado estudo antropológico, que começa introduzindo os Xakriabá como resultantes de “uma cisão ocorrida entre grupos falantes de língua Jê, tronco Macro-Jê, durante a travessia do rio São Francisco”, há 3.000 anos, até chegar aos tempos atuais, às suas lutas e à relação nominal dos 383 ocupantes não-índios de seu território, calculado com 43.357 ha. O item final – VII. Conclusão e Delimitação – tem um trecho particularmente interessante:

“Os estudos de natureza etno-histórica, antropológica, documental, ambiental, fundiária e cartográfica realizados para identificar as áreas de ocupação tradicional Xakriabá resultaram na superfície aproximada de 43.357 ha (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete hectares), que contempla, a Oeste, a área do Dizimeiro, incorporando os marcos históricos do Termo de Doação, do Alto da Boa Vista, no divisor de águas dos rios Itacarambi e Peruaçu ao Imbiricu Ferrado, nas margens do Peruaçu, incorporando suas áreas inundáveis, de grande importância ambiental e de recursos para pesca, agricultura e coleta, além de uma importante área de “geraes”, com recursos de caça e extrativismo, incluindo as áreas habitadas por famílias indígenas na comunidade do Dizimeiro e arredores; ao Sul/Sudeste, incorpora as comunidades indígenas de Vargem Grande, Caraíbas e Poções, se estendo pela margem do Rio Peruaçu, até a região da Serra Geral, abrangendo importantes recursos de extrativismo, áreas agricultáveis, fontes de água, cavernas e cemitérios; a Leste incorpora ocupações de famílias indígenas nas regiões de Rancharia, São Bernardo, Remanso e Ilha do Capão, coincidindo com as terras de maior fertilidade da Depressão do São Francisco e de suas áreas inundáveis, matas ciliares do Rio São Francisco, onde exclusivamente ocorre a presença da Jurema (espécie vegetal com a qual se prepara a bebida de efeito psicoativo ingerida nos rituais sagrados do Toré) e que dá acesso aos recursos hídricos e pesqueiros do São Francisco, o único rio efetivamente perene da região; e ao Norte, seguindo pelo Rio Itacarambi, incorpora a comunidade indígena de Morro Vermelho e a região do Catito, de reconhecida ocupação indígena, abrangendo terras férteis das margens do Rio Itacarambi e suas matas ciliares, além dos seus hoje parques recursos pesqueiros, áreas de caça e coleta da região do Morro Vermelho, cavernas e cemitérios”.

CONT.



Embora já não possamos mais, pelo menos por enquanto, classificar o Velho Chico como “perene” a hipótese de que suas matas ciliares venham a ser protegidas pelos Xakriabá é uma notícia que pode nos dar um novo alento. E a hipótese da preservação da Jurema, aliada a isso, sem dúvida é motivo também para comemoração. Fora isso, com certeza todas as pessoas que conhecem, acompanham e/ou partilham da luta dos Xakriabá (e me orgulho de ter inclusive passado uma noite numa de suas retomadas) com certeza devem estar felizes com essa notícia, mesmo que (considerando as burocracias das avaliações das benfeitorias, os protestos etc), sua concretização não venha a ser imediata.

Mas e o tal artiguinho da Portaria? Esse já diz respeito a outra história. Ou melhor: à Portaria 1.264, de 3 de outubro de 2012, através da qual a então presidente da Funai, Marta Azevedo, protegia por dois anos a Terra Indígena Piripkura, situada nos municípios de Colniza e Rondolândia, em Mato Grosso, e onde vive em isolamento voluntário o Povo do mesmo nome.

Para facilitar, reproduzo aqui os artigos da Portaria original. Os links tanto para ela como para as demais informações vai a seguir.

Art. 1º Estabelecer restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI, na área descrita nesta Portaria, pelo prazo de dois (02) anos a contar de sua publicação, nos seguintes termos:

I – Somente poderão ingressar, locomover-se e permanecer na área descrita nesta Portaria, por tempo determinado, pessoas autorizadas pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados – CGIIRC.

II – Para autorização prevista no item anterior, serão exigidas:

a) declaração de isenção de responsabilidade da FUNAI por danos físicos e materiais sofridos pelo(s) interessado(s);

b) declaração de responsabilidade por danos físicos e materiais causados direta ou indiretamente, pelo(s) interessado(s), a bens e pessoas da FUNAI, dos índios ocupantes e ao meio ambiente, da área objeto do perímetro descrito nesta Portaria;

Parágrafo Único: A restrição estabelecida nesta Portaria não se aplica às Forças Armadas e Policiais, no cumprimento de suas funções institucionais, cujo ingresso, locomoção e permanência na área aqui descrita, deverá ser sempre acompanhada por funcionários da FUNAI.

CONT.



Art. 2º A critério da FUNAI, em função das condições ambientais, climáticas ou de acontecimentos relativos aos índios ocupantes da área descrita nesta Portaria, as autorizações a que se refere o artigo anterior poderão ser suspensas.

Art. 3º Vedar a exploração de qualquer recurso natural existente na área descrita nesta Portaria, durante a respectiva vigência.

Art. 4º Determinar que a proibição ora estabelecida seja fiscalizada pelas equipes da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena/CGIIRC – FUNAI.

Art. 5º A área a que se refere esta Portaria, denominar-se-á, para fins de controle administrativo, TERRA INDÍGENA PIRIPKURA, localizada nos municípios de Colniza e Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, com superfície aproximada de 242.500 ha e perímetro aproximado de 284 km, com os seguintes limites: (...)

Aparentemente, os Piripkura e as riquezas existentes em seu Território estão relativamente protegidos por mais dois anos.

Links:

[Despacho de 17 de setembro de 2014, sobre os Xakriabá](#)

[Portaria nº 1.153, de 20 de setembro de 2014](#)

[Portaria 1.264, de 3 de outubro de 2012](#)

Fonte: <http://racismoambiental.net.br>

14 MPF/MG: audiência pública discute amanhã, 09/10, situação da comunidade quilombola pesqueira de Caraíbas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Quilombolas vazanteiros e pescadores de Caraíbas

Habitando regiões de várzea da margem direita do rio São Francisco, comunidade estaria sendo alvo de atos de violência e ameaças

[MPF MG](#)

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) realizará na próxima quinta-feira, 9 de outubro, audiência pública para debater situação da comunidade pesqueira tradicional de Caraíbas, no município de Pedras de Maria da Cruz/MG, norte do estado.

A audiência pública acontecerá na Escola Estadual Pedras de Maria da Cruz, localizada na Praça Maximiliano Martins Pereira, no centro da cidade, a partir das oito e meia da manhã.

Localizada na margem direita do rio São Francisco, a comunidade tradicional de Caraíbas alega estar sofrendo atos de violência e ameaças supostamente comandados por fazendeiros vizinhos, inclusive com o envolvimento de agentes de segurança pública.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

Uma das arbitrariedades consiste em impedir que membros de famílias dos Caraíbas utilizem a estrada que dá acesso às suas terras na margem direita do rio, o que, entre outros transtornos, dificulta o acesso de crianças à escola. Os estudantes são obrigados a fazer o percurso pelo rio, com todos os riscos que essa travessia acarreta.

A restrição do uso da estrada também está inviabilizando o atendimento médico às famílias e o escoamento da produção pesqueira e agrícola.

O MPF explica que a área ocupada pela comunidade encontra-se em terreno marginal ao rio São Francisco, sendo, portanto, bem da União. Em dezembro do ano passado, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) emitiu Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em favor da Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha de Capivaras e Caraíbas, para fins de moradia, pesca e agricultura sustentável.

No entanto, como ainda não foi realizada a demarcação física da área reconhecida pelo TAUS, a disputa pelas terras tem acirrado os conflitos na região, com diversos prejuízos materiais e morais para a comunidade, de que é exemplo a invasão de seu território pelo gado das fazendas vizinhas destruindo suas plantações.

Essa situação de extrema vulnerabilidade e instabilidade social na qual vivem os Caraíbas motivou o Ministério Público Federal, no cumprimento de seu dever de proteção aos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos das comunidades tradicionais, a convocar audiência pública para ouvir as pessoas atingidas e debater a necessidade da adoção de políticas públicas adequadas às populações habitantes nas várzeas do São Francisco.

O evento é aberto a toda a população.

Assessoria de Comunicação Social

Ministério Público Federal em Minas Gerais



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

15 Para o novo Governador do Mato Grosso os índios do estado precisam mais de dignidade do que de terras

SÍTIO CENÁRIO MT.COM.BR, 08.10.2014

Pedro Taques foi eleito já no primeiro turno para o cargo de governador do Mato Grosso. Em sua primeira entrevista depois do resultado da urnas ao jornal Diário de Cuiabá, Taques diz que os índios do Mato Grosso precisam mais de atenção do Governo do que de terra.

"Mato Grosso tem 466 hectares de terra para cada índio. O índio hoje quer dignidade. Então nós temos que trabalhar para que ele não morra de verminose. Isso é a pior chacina que pode existir. Temos que dar dignidade ao índio e, ao mesmo tempo, segurança e paz no campo. Eu tenho conversado muito com as etnias, e acho que tenho muitos votos nas aldeias em razão desta postura", disse Taques.



16 Vestibular indígena

SÍTIO BONDE, 08.10.2014

Assessoria:

A Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) iniciou nesta segunda-feira (06) o processo de visita às terras indígenas da região para a divulgação e inscrições para o XIV Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, que será realizado nos dias 18 e 19 de dezembro, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava.

As inscrições para o processo seletivo já estão abertas e vão até o dia 24 deste mês. A expectativa é de aproximadamente 500 inscritos, que vão concorrer a 42 vagas ofertadas pelas universidades estaduais, além da dez oferecidas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A terra indígena Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, foi a primeira comunidade a receber os membros da CUIA.

O Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná foi instituído pela Lei Estadual nº 13.134, de 18 de abril de 2001, que determina a reserva de seis vagas em cada uma das universidades públicas estaduais do Paraná para a disputa entre integrantes das comunidades indígenas do estado. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) oferece dez vagas suplementares dos cursos ofertados, para serem disputadas exclusivamente por indígenas de todo o Brasil. Ao todo, as universidades estaduais ofertam 42 vagas.

Além da UEL, ofertam vagas a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e Universidade Estadual do Oeste (Unioeste), além da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No ato da inscrição, os indígenas devem preencher um questionário socioeducacional e escolher a segunda língua na qual serão avaliados: além de espanhol e inglês, os candidatos podem optar por uma das línguas indígenas.

As provas serão realizadas em dois dias consecutivos (17 e 18 de dezembro), em Guarapuava, região central. No primeiro, os candidatos fazem avaliação de língua portuguesa, língua estrangeira moderna ou língua indígena, física, biologia, química, geografia, história e matemática. No segundo dia, os indígenas fazem a redação e a prova oral de língua portuguesa.

17 Bloqueio de indígenas em rodovia de MT não tem amparo legal, diz Funai
SÍTIO G1, 08.10.2014

*Reunião entre governo e indígenas está marcada para esta quarta-feira.
Funai diz que índios cobram o pedágio à revelia e sem tutela do órgão.*

Denise Soares

Do G1 MT



Índios bloqueiam a MT- 170, que liga os municípios de Juína a Brasnorte (MT). (Foto: PM/Juína (MT))

O pedágio cobrado por indígenas na MT-170, que liga os municípios de Juína a Brasnorte, a 737 km e 580km de Cuiabá, é ilegal, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Em nota enviada ao G1, o órgão afirmou que tem alertado os índios sobre a ilegalidade da prática de cobrança de pedágio. Conforme o órgão, os indígenas fazem o bloqueio e o pedágio 'à revelia da Funai, que não tem nenhuma tutela sobre eles'.

Desde o dia 1º deste mês, cerca de 100 índios da etnia Enawenê-nawê bloqueiam a ponte sobre o Rio Juruena, com toras de madeira e galhos de árvore. Os motoristas de carros e caminhões que precisam trafegar pelo local são obrigados a pagar um pedágio no valor de R\$100 para seguir viagem. Já para os motociclistas, o valor do pedágio é de R\$ 50.

CONT.

Segundo a Funai, os indígenas insistem na cobrança como 'compensação socioambiental em razão dos danos causados pela BR-174, que cruza a terra indígena e por promessas não cumpridas de cascalhamento da estrada'.

Os Enawenê-nawê alegam que o bloqueio é feito por causa de um descumprimento do acordo feito com o governo do estado para a pavimentação do trecho da estrada que liga a aldeia até a rodovia federal BR-174.



Índios bloqueiam a MT- 170 desde o dia 1º de outubro. (Foto: PM/Juína (MT))

Reunião

Representantes indígenas da etnia Enawenê-nawê devem se reunir nesta quarta-feira (8) na Secretaria Estadual de Transporte e Pavimentação Urbana (Septu), em Cuiabá, para discutir o descumprimento do acordo feito com o governo do estado para a pavimentação do trecho da estrada que liga a aldeia até a rodovia federal BR-174.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

18 “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” será lançado online dia 17 de novembro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014

O governo brasileiro está planejando construir um grande número de barragens hidrelétricas nos rios da Amazônia, destruindo a biodiversidade e interrompendo o modo de vida de milhares de índios e populações locais. Agora que as obras da gigante barragem de Belo Monte, no rio Xingu, estão a todo vapor, o governo está avançando com o seu próximo grande projeto – uma série de barragens no rio Tapajós. Mas os mais de 12.000 índios Munduruku, temidos como guerreiros, vivem nessa região e estão se mobilizando. Abaixo, treiler do vídeo “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência”, de Naya Porã, que será lançado no dia 17 de novembro, online.

<http://racismoambiental.net.br/2014/10/indios-munduruku-tecendo-a-resistencia-sera-lancado-online-dia-17-de-novembro/>



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

19 Questão Indígena derruba Dilma e Marina e consagra Aécio Neves

SÍTIO CENARIO MT.COM.BR, 08.10.2014

Publicado Quarta-Feira, 8 de outubro de 2014, às 03:24

Questão Indígena

O Partido dos Trabalhadores perdeu em todos os municípios onde há conflitos causados pelas demarcações da Funai.

Destaque para o município de Buerarema, no sul da Bahia, e Alto Boa Vista, no Mato Grosso, Guaíra e Terra Roxa, no Paraná, e Sananduva, no Rio Grande do Sul.

Buerarema, no sul da Bahia, foi o único município baiano onde Dilma teve menos votos do que Aécio Neves. A região abriga a maioria dos agricultores expulsos de suas terras por uma milícia indigenóide que já invadiu mais de cem propriedades. O município deu 67% dos votos a Aécio Neves, enquanto Dilma teve 26% e Marina apenas 7%.

Outro destaque foi o Município de Alto Boa Vista, no Mato Grosso, onde ficava a antiga Fazenda Suiá-Missu. Recentemente o Governo Dilma fez uma grande operação de limpeza étnica no local expulsando milhares de pessoas para que uma área de 165 mil hectares pusesse ser entregue a índios xavante. Dilma Rousseff teve apenas 14% dos votos. Marina, mais identificada com as demarcações e com os indigenistas, teve menos de 2%. Aécio Neves teve 82,56% dos votos válidos do município. Alto Boa Vista foi o município do Brasil que deu a maior votação proporcional ao PSDB.

O PT perdeu para o PSDB também na região de Pacaraima e Boa Vista, capital de Roraima. Dois dos município que abrigam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, também palco de operações de limpeza étnica de áreas indígenas feitas pelo PT.

A região onde fica a Terra Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, também deu vitória a Aécio Neves, apesar do grande número de indígenas que vivem no local. Em Ponta Porã e Antônio João, Aécio teve mais de 50% dos votos.

Os municípios de Terra Roxa e Guaíra, no oeste do Paraná, conflagrados por demarcações, deram vitória folgada ao PSDB. Nos dois municípios Aécio recebeu mais das metade dos votos.

O candidato do PSDB ganhou, ainda, por ampla margem nos município do norte do Rio Grande do Sul onde a Funai tenta demarcar várias terras indígenas. O destaque foi o município de Sananduva com 62% dos votos para Aécio Neves.

Os conflitos indígenas começaram a pipocar no campo com a chega do PT ao poder. Os governo do PT

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

foram responsáveis pelas últimas três grandes operações militares de expulsão de não indígenas de áreas que foram demarcadas pela Funai. Milhares de pessoas foram expulsas sem qualquer tipo de assistência por parte do Governo. É o caso dos municípios de Roraima e Mato Grosso.

O PT abrigou na Secretaria Geral da Presidência da República a nata do indigenismo radical que foi responsável por essas operação de expurgo étnico. Além disso, o Governo da Presidente Dilma foi omissos e se mostrou incompetente na tentativa de encontrar soluções reais para os conflitos.

O candidato do PSDB à Presidência tem dito que buscará soluções para o impasse da Questão Indígena. Aécio Neves já deu declarações de que seu governo usará as decisões do STF sobre o caso Raposa Serra do Sol como parâmetro para os casos de novas demarcações de terras indígenas. É muito mais do que fez o atual governo.

As pessoas que sofrem com a ameaça de perder as terras pela ação da Funai passaram a enxergar em Aécio uma opção de solução muito mais real do que Dilma Rousseff.



20 Suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que taxa nacional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014

Enquanto taxa de suicídio no Brasil é de 5 por 100 mil pessoas; entre índios sobe para até 30; especialistas vão ao Congresso cobrar medidas preventivas para reduzir incidência

Por Maria Fernanda Ziegler – [iG São Paulo](#)

O suicídio de índios no Brasil chega a ser seis vezes maior do que a taxa nacional e preocupa especialistas. Dados do Mapa da Violência, do Ministério da Saúde, mostram que, enquanto o índice geral no Brasil é de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes, a incidência sobe para acima de 30 em alguns municípios com população indígena.

“O que está acontecendo é um verdadeiro extermínio destas populações”, afirma o médico Carlos Felipe D’Oliveira, da Rede Brasileira de Prevenção do Suicídio. O tema foi assunto de palestra no Fórum Brasileiro sobre Suicídio e, no início do próximo ano, será encaminhada uma minuta pedindo ações de prevenção para a Comissão de Seguridade e Família do Congresso Nacional.

Dados do Mapa da Violência mostram que, na região Norte, os suicídios passaram de 390 em 2002 para 693 em 2012: aumento de 77,7%. Amazonas, Roraima, Acre e Tocantins quase que duplicam o índice.

De acordo com o estudo, alguns dos municípios que aparecem no topo da lista de mortalidade suicida são locais de assentamento de comunidades indígenas, como São Gabriel da Cachoeira (AM), São Paulo de Olivença (AM) e Tabatinga (AM), Amambai (MS) Paranhos (MS) e Dourados (MS).

“Normalmente, o que vemos é que os locais com maior taxa de suicídio de índios são justamente aqueles mais desassistidos, com alto índice de desemprego, uso de álcool, drogas e muito conflito”, afirma D’Oliveira.

Dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) registram 73 casos de suicídio de indígenas só em Mato Grosso do Sul, em 2013 – o maior índice em 28 anos. Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá.

De acordo com o antropólogo Spensy Pimentel, que estuda a cultura dos índios Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul, a tragédia referente ao suicídio indígena no Brasil não é recente. “Isso já acontece há mais de 30 anos. A questão nunca cessou. O tema só está vindo mais à tona por causa de maior transparência dos órgãos”, disse. De fato, os dados mostram que o problema não é de hoje. De 2000 a 2013, só no Estado de Mato Grosso do Sul foram registrados 659 casos de suicídio de indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

O antropólogo ressalta que os suicídios como epidemia começam quando o processo de confinamento dos Guarani-kaiowá se conclui, no final dos anos de 1970. “Individualmente, o suicídio tem as mais variadas motivações. Mas, na maioria das vezes, os pequenos conflitos familiares que levam um jovem a tomar a decisão de tirar a vida estão relacionados à falta de terras”, disse.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 havia um total de 821,5 mil indígenas, o que representa 0,4% da população total do País. O suicídio indígena representa 1,0% da população total. Ao fazer a mesma comparação, só no Estado do Amazonas, onde a população indígena representa 4,9% da população total, 20,9% dos suicídios ocorre entre indígenas. Em Mato Grosso do Sul, a taxa é ainda mais preocupante. Pelo Censo de 2010, eles são 2,9% da população, mas respondem por 19,9% nos suicídios.



21 Carta da comunidade Guarani e Kaiowa de tekoha Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS-Brasil

SÍTIO CEDEFES, 08.10.2014

Conselho da Aty Guasu divulga a carta e decisão de 250 comunidades Guarani e Kaiowa de tekoha Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS-Brasil, faixa de fronteira Brasil com Paraguai. É para divulgar e compartilhar. Informamos que há mais de 4 ordens de despejo judicial contra as comunidades Guarani e Kaiowa. Todas as comunidades ameaçada de despejo estão comunicando o presidente da República e presidente do STF e CNJ, que já estão se preparando para resistir e lutar pelas terras tradicionais até a morte. Aty Guasu luta contra o genocídio permitido e autorizado pela justiça do Brasil.

Carta da comunidade Guarani e Kaiowa de tekoha Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS-Brasil.

Carta para o Presidente da República Dilma Rousseff e Presidente do Supremo Tribunal Federal e para todas as sociedades nacionais e internacionais.

Nós 250 comunidades indígenas Guarani e Kaiowa,(120 crianças e jovens, 60 mulheres e 70 homens), estamos reocupando uma parte de nossa tekoha (terra tradicional), depois de aguardarmos 10 anos de demarcação pelo governo federal e pela justiça federal. Estamos passando acampados em baixo das barracas de lonas há mais de 10 anos, estamos passando miséria, fome, sem espaço de nossa terra para produzir, por isso, as nossas crianças e idosos (as) estão morrendo em acampamentos. Enquanto aguardamos a demarcação de nossa terra tradicional, estamos morrendo uma parte sobrevivendo, passando miséria e fome, diante de nosso sofrimento permanente, passados 10 anos, decidimos reocupar a posse de uma parte de nossa terra para sobreviver e alimentar de nossas crianças. Por lutar pela recuperação de nossa terra Kurusu Amba, os fazendeiros já mataram 04 lideranças Guarani e Kaiowa, em 2007, rezadora Xurite Lopes, com 70 anos foi assassinada pelos grupos armados das fazendas. Nós decidimos recuperar um pedaço de nossa terra antiga e aqui estamos sobrevivendo e resistindo há 10 anos, e todos nós vamos resistir até a morte, decidimos morrer todos juntos e não iremos sair despejados de nossa terra antiga. Essa é a nossa decisão já 10 anos. Aqui estamos cercados de jagunço armado das fazendas, lançaram armas de fogos e tiros sobre as nossas crianças. No dia 06 de outubro de 2014, a justiça federal em Ponta Porã-MS deferiu a ordem de despejo de nossas comunidades de tekoha Kurusu Amba nº 0001837-10.2014.4.03.6005, ordenou a força policial para atacar e expulsar nos indígenas Guarani e Kaiowa de nossas terras antigas. Em 20 dias seremos massacrados e mortos pela justiça do Brasil. Além de ameaça de pistoleiros armados das fazendas e recebemos ameaça de massacre da justiça federal de Ponta Porã, autorizando genocídio a nossa morte indígena. Assim, a própria justiça federal e Supremo Tribunal Federal estão permitindo e autorizando genocídio e a dizimação final dos povos Guarani e Kaiowa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

Sabemos que todas as comunidades Guarani e Kaiowa das terras indígenas em regularização no Mato Grosso do Sul estão recebendo a ameaça de expulsão e massacre pela justiça federal e STF. Diante dessas ameaças de violências da justiça brasileira, nós comunidades de Kurusu Amba comunicamos a todas as sociedades que nós vamos resistir em nosso pedaço de terra tradicional, daqui não vamos sair não, já decidimos lutar até morte aqui em Kurusu Amba. O governo e justiça federal vão matar todos nós aqui onde estamos hoje. Há mais de 10 anos já estamos sofrendo muito em acampamento, nas barracas, as nossas crianças e idosos (as) estão morrendo, por isso, decidimos em não sair de nossa terra tradicional.

Já fomos avisados pela justiça federal de Ponta Porã que em 20 dias seremos atacados e massacrados pela força policial. Assim, temos vidas só mais 20 dias, vamos sobreviver somente mais 20 dias, já comunicamos que iremos ser atacados e mortos pela justiça federal. A nossa decisão é não sair com as vidas de nossa terra antiga.

Atenciosamente,

Assinadas comunidades Guarani e Kaiowa de tekoha Kurusu Amba, 07 de outubro de 2014.

GleiceOliveira Guarani-Kaiowá

Fonte: GleiceOliveira Guarani-Kaiowá

22 Advocacia-Geral assegura declaração de posse de terra indígena ao grupo Guarani Kaiowá no MS

SÍTIO ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, 08.10.2014



Foto: cggamgati.funai.gov.br

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a rejeição a dois Mandados de Segurança que questionavam portaria do Governo Federal que reconhece a terra indígena Jatayvary, em Ponta Porã/MS, como pertencente ao povo Kaiowá. Essa declaração é um dos passos de um processo que pode culminar na demarcação de uma reserva para essa população, da etnia guarani.

Os autores das ações são fazendeiros da região. Eles pediam a anulação da portaria com o argumento de que o local jamais teria sido ocupado pelo povo Kaiowá. Além disso, os donos de terras levantaram suspeitas sobre o processo que resultou na declaração de posse que, segundo eles, foi conduzido por ativistas da causa indígena.

Por meio da Procuradoria-Geral da União (PGU), no entanto, a AGU sustentou que a ocupação ficou comprovada em relatório, onde constavam elementos históricos, fundiários, ambientais e antropológicos da presença deles. O documento, de acordo com os advogados, comprova que os guarani vivem na área desde o século 16 e que os indígenas, na verdade, perderam espaço por conta do avanço dos colonos.

“O direito dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam resulta de forma direta da Constituição e tem como único requisito a ocupação tradicional, competindo à União demarcá-las, protege-las e fazer respeitar todos os seus bens”, argumentaram os advogados da União.

A tese foi acatada pelo STJ. Os ministros acrescentaram que no processo que resultou na declaração de posse os fazendeiros tiveram a oportunidade ao contraditório e à ampla defesa, ou seja, puderam apresentar argumentos contrários à delimitação da reserva.

Atuou no caso a Procuradoria Geral da União, com a cooperação da Procuradoria Federal Especializada

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

junto à Fundação Nacional do Índio (PF/Funai) e a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça (CJU/MJ), todos órgãos da AGU.

Ref.: Mandados de Segurança nº 16789/DF e 16850/DF – STJ.

Assessoria de Comunicação



23 MPF/RJ move ação para que criança indígena conviva com o seu povo

SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO.COM.BR, 08.10.2014

Ongs missionárias intermediaram adoção de indígena do Amazonas por casal em Volta Redonda (RJ), longe da mãe biológica e de sua aldeia

O Ministério Público Federal em Volta Redonda (MPF/RJ) moveu ação civil pública para garantir a ida de uma criança indígena de três anos à Terra Indígena Andirá Marau, localizada no Amazonas, do povo sateré-mawé, junto de sua mãe biológica e de sua aldeia. A menina foi entregue por missionários e líderes da ONG Atini e da associação Jovens Com Uma Missão (Jocum) a um casal que vive em Volta Redonda, após ter sido separada de sua mãe biológica.

A ação, que tramita em segredo de justiça, relata que as instituições Jocum e Atini subtraíram a adolescente sateré-mawé da aldeia indígena onde vivia, invocando motivos humanitários, a pretexto de protegê-la. Após a subtração, a adolescente indígena foi submetida a uma peregrinação pelo país e deu à luz uma menina, de quem foi separada no quarto dia após o parto.

Para o MPF, a história da mãe indígena e de sua filha foi distorcida até parecer uma doação comum de uma criança vulnerável, com mãe incapaz, por um casal de classe média de Volta Redonda. Porém se trata "de mais um exemplo da atuação sistemática desses grupos missionários contra os povos indígenas e seus modos de vida, com o fim de fazer valer unilateralmente a concepção daqueles sobre a cultura indígena", alertam os procuradores da República Julio José Araujo Junior e Marcela Harumi Takahashi Pereira Biagioli, autores da ação. Mais do que uma discussão em torno dos direitos da mãe de ter consigo a filha, dizem os procuradores, o caso representa a violação de direitos do povo sateré-mawé, causada pelo casal e pelas entidades Jocum e Atini, sob a omissão da Funai.

A Jocum é uma missão internacional, fundada em 1960, com o nome Youth with a mission (YWAM), que iniciou seus trabalhos no Brasil em 1975. Já a Atini é uma organização não-governamental fundada em 2006 por missionários da Jocum que atuavam junto aos indígenas, com o alegado objetivo de erradicar o infanticídio nas comunidades indígenas. "Sob pretexto de uma atuação supostamente humanitária, os envolvidos promoveram uma desestruturação étnica de determinados povos e a violação da dignidade humana de indígenas, retirando-os de suas terras e do convívio com o seu grupo", alerta a ação.

Além de determinar a entrega da criança à terra indígena, após a elaboração de laudo antropológico, afastando-se a guarda provisória conferida ao casal que busca a sua adoção, o MPF requer ainda que seja declarada a responsabilidade civil da Jocum e da ONG Atini, além do casal que adotou a criança. Eles deverão pedir desculpas públicas ao povo indígena atingido e pagar uma indenização, solidariamente, no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

valor de R\$ 500 mil. Já a Funai deve ser condenada a acompanhar a criança durante o seu crescimento, fornecendo apoio psicológico e antropológico, bem como assegurar o relacionamento da menina com a sua família e a mãe biológica.



24 Funai inicia mapeamento brasileiro de indígenas encarcerados em RR

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 08.10.2014

Visita de equipe a Roraima constatou que número de índios presos é bem maior do que consta na estatística oficial, por isso será feito levantamento

RIBAMAR ROCHA

A Funai (Fundação Nacional do Índio) decidiu identificar, com precisão, a quantidade de índios encarcerados no País. E o mapeamento vai começar a ser feito por Roraima, Estado com a maior proporção de índios: 11% da população, ou 49 mil pessoas. Pelos dados estaduais, só 3% da população carcerária é indígena. A coordenação da Funai em Roraima não soube informar quantos indígenas estão presos.

A preocupação de mapear a real situação carcerária indígena do País se deu após verificar aumento no registro de indígenas presos no Brasil. Segundo o coordenador da Funai em Roraima, Ríley Barbosa Mendes, representantes da Presidência da Funai, em Brasília, acham que os números podem ser maiores porque estados com considerável população indígena não possuem nenhum caso de prisão registrada.

"Uma equipe da presidência da Funai esteve em Roraima para uma visita preliminar a um dos presídios e constatou que a quantidade de índios presos era maior do que o indicado nas estatísticas oficiais. Por isso escolheram o Estado para começar o mapeamento", frisou.

Segundo o coordenador regional, outra equipe de representantes da auditoria e da Procuradoria da Presidência da Funai está sendo aguardada para este domingo, dia 12. "A equipe fará visitas à Cadeia Pública e à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Vamos dar o apoio necessário para que executem o trabalho da melhor forma possível", frisou.

Uma das medidas que será adotada a partir dessa visita, com vistas a combater o sub-registro de casos futuros, foi a solicitação para que o Ministério da Justiça inclua novos campos no sistema de dados sobre presos que permitam identificar os índios com mais detalhes, como etnia e língua.

A população indígena do País é de 896,9 mil, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE. Desses, 517,4 mil residiam em terras indígenas à época do levantamento. Em 2005, o Ministério da Justiça contabilizou 279 índios presos no País. O número chegou a 847 em 2012, dado mais recente disponível.

A prisão de índios contraria o senso comum de que indígenas são inimputáveis. Antes da Constituição de 1988, os indígenas isolados eram vistos dessa forma. Os índios podem ser alvos de inquérito tanto da

CONT.



Polícia Civil como da Polícia Federal, a depender da acusação.

A preocupação em identificar os índios presos se dá porque eles têm direitos diferenciados – como cumprir uma eventual pena na unidade da Funai mais próxima do local onde vivem.

Sejuc informa a existência de 97 indígenas presos no Estado

A assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Sejuc) informou que existem 97 indígenas encarcerados no Sistema Prisional do Estado. A maioria, 79, está na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, dos quais 63 são da etnia Macuxi; 15, Wapixana; e 1 Ingariko. Na Casa do Albergado são cinco indígenas, sendo 4 Wapixana e um Macuxi.

Na Cadeia Pública de Boa vista estão encarcerados 4 Macuxi, um de tribo não declarada do Maranhão e um da tribo Guajajara, também do Maranhão. Na Cadeia Feminina são 7 indígenas em cumprimento de pena, sendo 5 Macuxi, uma Wapixana e uma do Taiano.

Ainda segundo a assessoria, dentre os crimes cometidos pelos indígenas estão homicídio e/ou tentativa, tráfico de drogas, furto, roubo e estupro. Não há uma ala específica destinada a esses detentos, que são tratados da mesma forma que os demais.

SEJUC - A Folha tentou contato telefônico com o secretário titular da Sejuc, mas seu telefone dava como desligado ou fora da área de cobertura. (R.R)

25 Mulheres indígenas contam sua história em livro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Mulheres indígenas de oito etnias da região Nordeste acabam de lançar um livro que relata suas vidas, suas dificuldades, sonhos e expectativas. Intitulado “Pelas Mulheres Indígenas”, a publicação também traz informações sobre como prevenir e lidar com casos de violência conjugal

Ministério da Cultura

O livro foi desenvolvido nas oficinas de literatura ministradas pela ONG Thyndêuá, em Ilhéus (BA), dentro das ações de um projeto de formação continuada, com as mulheres indígenas, sobre seus direitos. Uma das metas desse trabalho é a formação de 16 agentes multiplicadoras de transformações sociais.

A expectativa, segundo os organizadores do projeto, é a de alcançar cerca de 8 mil mulheres indígenas e suas famílias, ao fim de um ano e meio de atividades. O projeto dispõe de um [site na internet, formado pela rede multiétnica Comunidade Colaborativa de Aprendizado Pelas Mulheres Indígenas](#).

O trabalho contou com a participação da Rede dos Pontos de Cultura Indígenas do Nordeste e do Pontão Esperança da Terra, iniciativas apoiadas pelo Ministério da Cultura (MinC), e também com as parcerias das secretarias de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República (SEPP/PR) e de Políticas Públicas para Mulheres do estado da Bahia.

Durante o lançamento do livro, realizado no sábado (27/9) na aldeia Itapoã, em Ilhéus, foram realizadas três rodas de conversas para mulheres, ministradas pela equipe interdisciplinar da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do estado da Bahia, com a presença de seis escritoras indígenas.

Os povos indígenas do Nordeste que participam deste projeto da ONG Thyndêuá são: Tupinambá, Pataxó Hãhãhã, Pataxó Dois Irmãos e Pataxó Barra Velha, da Bahia; Xokó, de Sergipe; Karirixocó e Karapotó Plakiô,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

de Alagoas; e Pankararu, de Pernambuco.

O lançamento integrou as ações da XIV Caminhada Tupinambá em memória dos mártires do rio Cururupe, massacrados pelos colonizadores portugueses, no ano de 1559, nas margens do rio, em terras que hoje pertencem ao município baiano de Ilhéus.

26 Consea discute políticas públicas destinadas à pesca artesanal e à aquicultura familiar e envia Carta à Presidenta

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Pescadores de Camocim. Foto: Francilúcio Oliveira

E.M. nº 003-2014/CONSEA

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), reunido em plenária, no dia 28 de maio de 2014, discutiu e aprovou propostas destinadas a aprimorar as políticas públicas destinadas à pesca artesanal e à aquicultura familiar no Brasil, segundo a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional. Essa agenda nasceu, no ano de 2013, em razão da proposta de reunião de representantes do Consea com o Ministro da Pesca. Essa reunião repercutiu nas comissões do Consea que, em dezembro de 2013, apontaram esse tema como prioritário para 2014.

Contextualização

Estudo do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Global (CSA)¹ aponta que os pescados são fonte primária de proteína e nutrientes essenciais, considerado um alimento de alta qualidade nutricional e promotor da saúde. Os pescados, quando incluídos nas dietas das populações de baixa renda (incluindo gestantes, nutrízes e crianças), contribuem para a redução da fome e da má nutrição e na

CONT.



promoção de modos de vida. Os pescados e derivados fornecem renda e modos de vida para numerosas comunidades em todo o mundo. A pesca e aquicultura são considerados importantes promotores da segurança alimentar e nutricional (SAN), sobretudo quando a produção se dá em pequena escala.

Segundo estudo do CSA, a pesca de pequena escala oferece contribuições diretas e indiretas para a SAN: tornam disponíveis pescados a preços acessíveis para populações pobres e são chave para a manutenção dos meios de vida de populações marginalizadas e vulneráveis nos países em desenvolvimento. O estudo ressalta ainda que a importância da pesca de pequena escala em termos da produção em geral e da SAN é frequentemente subestimada ou ignorada. A captura para subsistência é raramente incluída nas estatísticas nacionais. Há, porém, evidência suficiente para apoiar o foco na pesca de pequena escala nas intervenções de SAN nos países em desenvolvimento.

Neste sentido, dada a importância da pesca para a SAN, o supracitado estudo recomenda tornar a pesca elemento integrante das políticas e programas nacionais intersetoriais de SAN, com atenção especial para a promoção da produção de pequena escala e os arranjos locais (tais como nas compras públicas em mercados locais para a alimentação escolar) e outros instrumentos de política, inclusive educação nutricional. Recomenda também reconhecer a contribuição da pesca de pequena escala para a SAN e ter em conta suas características no desenho e implementação de todas as políticas e programas nacionais e internacionais relacionados com a pesca, com representação apropriada e inclusiva.

No Brasil, parte significativa do pescado que chega à mesa das famílias brasileiras provém do trabalho dos pescadores profissionais artesanais que vivem desta atividade econômica e movimentam a economia local.

Segundo definição do Ministério da Pesca e Aquicultura, o/a pescador/a artesanal é profissional que, devidamente licenciado pelo MPA, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcado ou com embarcações de pequeno porte.

A pesca artesanal foi regulamentada pela primeira vez em 2003, pela Lei nº 10.779, que regulamenta o seguro desemprego concedido ao pescador artesanal durante o período de defeso. Em 2009, com a Lei nº 11.959 de 29 de junho, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula atividades pesqueiras, foi estabelecida uma definição jurídica mais detalhada sobre a pesca artesanal (Art. 8º) e a aquicultura familiar. A aquicultura, por sua vez, é definida pelo MPA, com base no art. 2º da Lei nº 11.959/2009, como o cultivo de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, dá-se total ou parcialmente em meio aquático. A aquicultura é considerada familiar (art.19, IV, da Lei 11.959/2009) quando praticada por unidade familiar, nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar).

CONT.



Apesar da Lei 11.959/2009 representar um importante avanço – na medida em que define pesca artesanal e aquicultura familiar–, ela não garante novos direitos sociais para além dos direitos previdenciários garantidos pela Lei 10.779/2003. Um dos objetivos da lei de 2009 foi o de promover o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, estimulando a atividade de comunidades pesqueiras via concessão de créditos com baixas taxas de juros (Programa PRONAF). Contudo, esta iniciativa do governo federal não é suficiente para garantir o desenvolvimento, a manutenção e fortalecimento de comunidades pesqueiras. A lei não traz no seu bojo a garantia e proteção de direitos que são estruturantes para os pescadores artesanais, por exemplo, o direito ao território.

Além de garantir as condições de subsistência das comunidades, a pesca artesanal é uma atividade tradicional, podendo os/as pescadores/as se enquadrar no conceito de povos e comunidades tradicionais trazidos pelo Decreto 6040/2007, ou seja, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Neste sentido, não obstante a importância do marco legal e institucional, esse Conselho e os movimentos sociais nele representados reforçam o entendimento de que a pesca artesanal e a aquicultura familiar não são apenas segmentos econômicos importantes, são também a materialização de um modo de vida específico, um conjunto de atividades historicamente definidas que definem a identidade de milhões de brasileiras e brasileiros.

Todavia, esse modo de vida vem sendo fortemente ameaçado pelo modelo de exploração das águas e da pesca implementado em diversas regiões do país. Esse modelo, baseado na transferência para o setor da pesca dos princípios típicos do agronegócio, privatiza, concentra, destrói e exclui. A pesca artesanal também é gravemente afetada pela poluição e outras formas de degradação ambiental, parte dessa degradação, inclusive, decorrente da implementação de grandes projetos de infraestrutura, tais como implantação de hidrelétricas, a mineração, a extração do calcário marinho, projetos de carcinicultura, especulações imobiliárias, entre outros, cujas consequências ambientais e socioeconômicas não são adequadamente compensadas por políticas de prevenção ou mitigação de danos.

Daí a necessidade de o Brasil efetivamente implementar as Diretrizes Voluntárias para a posse da terra, acesso aos recursos florestais e pesca, discutidas no âmbito da FAO/ONU; implementar as Diretrizes Voluntárias da pesca sustentável em pequena escala no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza que foram adotadas no mês de junho, durante o COFI 31; aplicar os preceitos da Convenção 169 da OIT que trata sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais; bem como considerar as

CONT.



especificidades da pesca artesanal e aquicultura familiar na formulação e implementação das políticas públicas e programas governamentais voltados para a pesca.

Recomendações do Consea Nacional ao Governo Federal

Para esta plenária, o Consea Nacional desenvolveu um grande esforço, em conjunto com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, para resgatar os debates já desenvolvidos sobre o tema no âmbito do Conselho desde sua reestruturação em 2003; da 4ª Conferência Nacional de SAN (CNSAN), realizada em 2011; do Encontro Nacional: 4ª CNSAN + 2 anos dedicado a avaliar a implementação das resoluções da 4ª CNSAN, realizado em março de 2014; e no âmbito do Governo.

Também foram envidados esforços para identificar as principais demandas dos movimentos sociais ligados à pesca artesanal e à aquicultura familiar no Brasil. Movimentos sociais, entidades representativas e organizações que atuam em defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vêm discutindo e expondo a situação de negação de direitos em que vivem os pescadores e pescadoras artesanais do país. Cresce o número de conflitos socioambientais no país envolvendo essas populações.

Estes movimentos questionam as iniciativas de governo que desconsideram o modo de vida destas comunidades tradicionais ao investir em grandes projetos de aquicultura e fazendas de cultivo, de construção de barragens, parques eólicos, mineração, entre outros que suprimem os territórios das comunidades pesqueiras. Além disso, problematizam a falta de políticas públicas específicas para atender às especificidades do setor artesanal da pesca, tanto para a produção ou extração quanto para a comercialização do pescado.

A partir desse levantamento, foram estruturadas as seguintes demandas e recomendações ao Governo Federal, as quais apresentamos à Vossa Excelência:

Questões territoriais e sustentabilidade:

A falta de acesso à terra e da efetivação dos direitos territoriais persistem como causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional, comprometem a soberania alimentar e configuram-se em violação permanente ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Por isso, nestas questões o Consea recomenda:

Adotar medidas concretas para acelerar o processo de regularização fundiária dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, o que inclui pescadores(as) artesanais, por meio do diálogo permanente com os movimentos sociais. Nesse contexto, é fundamental acelerar os processos de demarcação de territórios marinhos para a pesca artesanal e de territórios terrestres para povos e comunidades tradicionais;

CONT.



Assegurar a continuidade do diálogo entre setores do governo e movimentos sociais sobre o sentido e efetividade das propostas de Termos de Autorização de Uso Sustentável – TAUS2;

Reclassificar as unidades de conservação para unidades de uso sustentável, ouvidas as populações interessadas. Garantir que sejam firmados Termos de Compromisso, conforme previsto no marco legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, bem como no Decreto nº 6.040/2007 e regulamentados na Instrução Normativa (IN) nº 26 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de 04 de julho de 2012, entre o Governo Federal e populações tradicionais residentes em unidades de conservação de proteção integral, para que as comunidades possam praticar suas atividades produtivas de subsistência até a solução definitiva dos conflitos por alterações de limites ou a reclassificação de parte dessas áreas em figuras jurídicas compatíveis com a permanência destas comunidades;

Implementar políticas públicas de promoção da biodiversidade e de manejo sustentável e de proteção dos biomas em que estão inseridas as pescadoras e pescadores artesanais, observando a promoção do etnodesenvolvimento;

Fortalecer a agenda da pesca no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do ICMbio, favorecendo:

1. A revisão de regulamentação do Ibama que impede o acesso de pescadores artesanais às proximidades dos tanques rede dos aquicultores.
2. A realização de estudos para verificar os impactos do hidronegócio sobre os biomas nacionais e do seu pescado sobre a saúde humana;
3. A realização de estudos que meçam o impacto de agrotóxicos, do esgotamento sanitário e de outros poluentes sobre a qualidade do pescado de água doce;
4. A adequação dos procedimentos de concessão de licenças ambientais às práticas da pesca artesanal e da aquicultura familiar, reconhecendo a especificidade do setor, em especial seu porte;
5. Regulamentar e promover a pesca artesanal em unidades de conservação como forma de estímulo ao uso sustentável dessas áreas;

Desenvolver ações efetivas de enfrentamento da degradação dos ecossistemas aquáticos e marinhos, incluindo nascentes, em função da poluição, dos barramentos e da degradação de matas ciliares;

Coibir a prática de extração de calcário marinho em função dos graves efeitos dessa atividade mineradora sobre os biomas marinhos;



Regulamentar a prática da carcinicultura com o objetivo de evitar seus efeitos deletérios sobre o meio ambiente, especialmente em áreas de mangue.

Realizar o pagamento de indenizações e compensações para as comunidades ribeirinhas, caboclas, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, que têm seus lagos e rios invadidos por motores de pesca e pela pesca predatória;

Restringir a atuação de barcos pesqueiros estrangeiros de grande porte em águas territoriais brasileiras, buscando evitar a pesca predatória, por meio do esforço conjunto dos diversos órgãos competentes, entre outros, o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e os órgãos ambientais.

Impacto das grandes obras na pesca artesanal

Adotar estratégias para mitigar os impactos dos grandes projetos de infraestrutura sobre a pesca artesanal, para tanto, recomenda-se entre outras medidas que seja levado em consideração o impacto da produção energética – hidroelétrica e eólica – na biodiversidade, no assoreamento dos rios, na reprodução dos peixes e na extinção de espécies;

Aplicar as disposições da Convenção nº 169 da OIT, em especial o dispositivo da consulta prévia, à realidade das comunidades de pesca artesanal, visto que, de acordo com Decreto 6.040/2007, essas comunidades são populações tradicionais;

Permitir a liberação das águas das represas (cheias artificiais) para renovação dos rios e a desova dos peixes no período da piracema;

Reverter o processo de expulsão de comunidades pesqueiras do litoral em função dos investimentos do Pré-SAL.

Acesso à água como direito humano:

Garantir acesso permanente à água de qualidade e em quantidade suficiente, tanto para a segurança hídrica das populações brasileira quanto para a pesca artesanal e a aquicultura familiar. Para tanto, entre outras ações, é fundamental implementar políticas amplas e efetivas de saneamento ambiental e sanitário e monitorar a qualidade da água, em especial, em territórios de Povos e Comunidades tradicionais e indígenas, dentre eles os pescadores artesanais, conferindo atenção diferenciada para o risco de contaminação por agrotóxicos;

Construir estratégias e ações voltadas para o fortalecimento da pesca artesanal acompanhada da

CONT.



ampliação das tecnologias de água para consumo humano e de produção, em dimensões coletivas e para todos os biomas, garantindo que a água seja vista como bem público e não como mercadoria.

Direitos das mulheres pescadoras e aquicultoras

Promover o reconhecimento do papel estratégico das pescadoras artesanais na luta pela garantia da soberania alimentar, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, bem como o reconhecimento do papel produtivo da mulher nas atividades pesqueiras por meio do beneficiamento inicial do pescado, do reparo e da confecção de redes de pescas além de outras atividades. Ressalte-se ainda a necessidade de assegurar o acesso às pescadoras às políticas públicas (documentação, crédito, assistência técnica, comercialização, educação, saúde, acesso a direitos previdenciários e trabalhistas) de forma a contribuir com a afirmação de sua cidadania e de sua autonomia política e econômica;

Garantir o acesso das mulheres à DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e ao Registro Geral da Pesca (RGP). Além disso, é necessário definir um formato de relatório de produção de pescado para comprovação da atividade, que destine um campo específico para que as mulheres pescadoras artesanais possam comprovar a atividade, não só de captura, mas também de beneficiamento;

Adequar as políticas da Previdência Social à realidade da pesca artesanal e da aquicultura familiar, principalmente para garantir o reconhecimento das doenças ocupacionais associadas às atividades pesqueiras, visando especial proteção às mulheres pescadoras e marisqueiras.

Pesquisa, Assistência técnica e extensão rural

Realizar Censo de abrangência nacional com conceitos claros e precisos sobre pesca artesanal e aquicultura familiar com objetivo de subsidiar políticas públicas adequadas a esses segmentos. Esse levantamento deve utilizar conceitos e metodologia que sejam capazes de assimilar a diversidade que caracteriza o setor em todo o país;

Adequar metodologia para levantamento de estatísticas sobre a pesca de forma a captar informações sobre o pescado artesanal;

Fortalecer a assistência técnica e a extensão rural com enfoque agroecológico para as práticas de extração, beneficiamento e comercialização destinada ao aprimoramento das atividades pesqueiras e da aquicultura, considerando a realidade da pesca artesanal e da aquicultura familiar;

Ampliar a pesquisa aplicada à realidade da pesca artesanal na Embrapa;

CONT.



Estruturar ações do Governo Federal que estimule e financie a realização de pesquisas históricas e antropológicas para registro do modo de vida e de produção associados à pesca artesanal e à aquicultura familiar no Brasil, incluindo o histórico das lutas dos movimentos sociais ligados a esses segmentos;

Considerar o conhecimento dos pescadores/as artesanais na formulação e implementação de políticas voltadas a este público.

Fomento, infraestrutura e crédito:

Promover a visibilidade e o reconhecimento da pesca artesanal não apenas como uma atividade econômica, mas também como uma prática cultural definidora da identidade de parcela significativa da população brasileira, reconhecida pelo Estado em instrumentos como o Decreto nº 6.040/2007, e meio relevante de promoção da segurança alimentar e nutricional, devendo ser, portanto, objeto de políticas públicas específicas;

Promover o aumento do consumo do pescado no país, como forma de incentivar a adoção, pela população, de uma alimentação adequada e saudável, levando em consideração as diferenças de biomas existentes no país. Nesse sentido, recomenda-se:

1. Enfatizar os valores nutricionais do pescado em ações de educação alimentar e nutricional que, inclusive, esclareçam as diferenças nutricionais existentes entre um pescado natural e pescado industrial, cuja composição é alterada em função da ração utilizada na sua criação;
2. Especificar, dentro das chamadas públicas dos programas governamentais, recursos destinados à ampliação de centros de beneficiamento e ao custeio de ações de capacitação e de infraestrutura exigidas para o beneficiamento de pescado;
3. Garantir que os equipamentos públicos, em especial as escolas, disponham de infra-estrutura para armazenamento e refrigeração;

Apoiar as iniciativas de associativismo e a formação de organizações formais empreendidas no âmbito da pesca artesanal e da aquicultura familiar, inclusive, promovendo formação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária;

Incentivar a estruturação de centrais de abastecimento e entrepostos específicos para a aquicultura familiar e para a pesca artesanal e a ampliação de pólos para beneficiamento, conservação e armazenamento do pescado, bem como a instalação de centrais de armazenamento comunitário da

CONT.



produção familiar e artesanal. Simultaneamente, é necessário aprimorar as condições de refrigeração e dos espaços de comercialização da pesca artesanal como o objetivo de diminuir a dependência em relação aos atravessadores no mercado do pescado;

Estimular a ampliação do investimento público na estruturação de sistemas de transporte de alimentos e na construção e revitalização de estradas e vias para escoamento da produção familiar, de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais até os centros urbanos;

Garantir e facilitar o acesso ao crédito aos(às) pescadores(as) artesanais, simplificando os procedimentos de obtenção de crédito e ampliando o recursos não retornáveis concedidos. A política de crédito para o setor deve contribuir para:

1. Ampliar a estrutura de beneficiamento do pescado;
2. O melhoramento das condições de trabalho da sua cadeia produtiva;
3. Viabilizar a infraestrutura voltada para a fabricação de gelo;
4. A aquisição de caminhões frigoríficos para transportar o pescado;
5. A construção de atracadouros nas comunidades pesqueiras artesanais, o que irá facilitar significativamente o descarregamento do pescado e abastecimento das embarcações;

Garantir e facilitar, por meio da progressiva desburocratização, o acesso dos pescadores artesanais aos programas públicos federais, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o seguro agrícola, seguro defeso, o PAA, o PNAE e o programa de cestas de alimentos, no sentido de aumentar o consumo do pescado no país:

1. Aumentar a inserção do pescado na alimentação escolar, nos equipamentos públicos de alimentação e em outros programas governamentais.

Facilitar o acesso à DAP, reformulando seu processo de obtenção;

Subsidiar a pesca artesanal e a aquicultura familiar por meio da isenção de impostos nas compras de todos os apetrechos inerentes à atividade como barco, redes de pesca, cabos, motor, sonda, GPS, radar e outros, e por meio do acesso à energia elétrica com valor diferenciado para fábricas de gelo, câmaras frigoríficas e para uso de ferramentas na reforma de embarcações como serra elétrica, lixadeira, furadeira, guinchos para puxar as embarcações e outros equipamentos inerentes à atividade. Ademais, este Conselho

CONT.



considera conveniente a extensão desses subsídios aos combustíveis utilizados nas embarcações utilizadas na pesca artesanal;

Fortalecer as ações previstas para a pesca artesanal no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

Fomentar a pesca artesanal em terras indígenas por meio de ações que incluam: (i) regulamentação do manejo de pesca artesanal em Terras Indígenas; (ii) O apoio ao beneficiamento local do pescado em terras indígenas; (iii) O apoio aos diagnósticos ambientais locais nas terras indígenas, no contexto da promoção da reflexão coletiva e planejamento da pesca artesanal.

Vigilância Sanitária

Revisar as normas sanitárias com o intuito de adotar determinações específicas e adequadas à pesca artesanal e à aquicultura familiar, observando a realidade local, cabendo ao poder público promover o apoio técnico necessário para o atendimento das exigências estabelecidas;

Regulamentar o artigo 7º do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), fazendo com que essa regulamentação alcance a pesca e a produção destinada ao autoconsumo, à venda direta e à agroindústria de pequeno porte;

Promover a articulação entre o MPA, o sistema de defesa do consumidor e entidades de representação municipal (Confederação Nacional dos Municípios e Associação Brasileira de Municípios).

Seguro Defeso

Reformular a política de “Seguro Defeso”, considerando toda a cadeia produtiva da pesca, incluindo os catadores de caranguejo e a atividade marisqueira;

Resgatar os termos de parceria entre MPA e estados para evitar práticas fraudulentas na concessão do seguro defeso.

Participação social

Implementar gestão compartilhada dos recursos pesqueiros no sentido de incluir os setores da sociedade civil interessados e diretamente afetados pela atividades pesqueiras, principalmente as comunidades pesqueiras. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente ouvirem os pescadores e pescadoras no processo de elaboração dos planos de manejo. Valorização do conhecimento artesanal;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2014

Brasília, 08 de outubro de 2014.

Aprimorar e diversificar a representação da pesca artesanal e das mulheres pescadoras artesanais no Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE;

Ampliar a interlocução direta dos demais órgãos de governo afetos ao tema com os movimentos da pesca artesanal para garantir participação social e encaminhamentos de demandas.

Por fim, os participantes da plenária reconhecem a enorme importância de promover o fortalecimento institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesse sentido, é importante continuidade na gestão do Ministério e que seu/sua titular tenha vínculo estreito e constante com a pesca artesanal e a aquicultura familiar e suas representações associativas e organizativas.

Cremos Excelência, que ao abordar essa temática e apresentar as propostas supracitadas, o CONSEA cumpre sua missão institucional e espera contribuir para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada da população brasileira.

Respeitosamente,

Maria Emília Lisboa Pacheco

Presidenta do CONSEA

27 Chamada para publicação de artigos: Mulheres Negras e Aborto, Autonomia e Liberdade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Sisterhood nº 01: Mulheres Negras e Aborto, Autonomia e Liberdade

População Negra e Saúde

Para refletir e dialogar sobre o impacto do aborto inseguro na vida das mulheres negras a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), juntamente com o Odara – Instituto da Mulher Negra está realizando a chamada de artigos com a finalidade de convocar pesquisadoras e o movimento de mulheres negras para junto conosco construir a publicação do livro: Sisterhood nº 01: Mulheres Negras e Aborto, Autonomia e Liberdade.

O objetivo principal da publicação é visibilizar pesquisas e experiências sobre as mulheres negras e a situação do aborto no Brasil. Sabe-se que os abortos inseguros realizados por mulheres no Brasil e em todo mundo são considerados um grave problema de saúde pública, uma violação do direito à vida, à autonomia e liberdade das mulheres. No entanto é preciso apresentar o cenário a que as mulheres negras estão submetidas por conta das desigualdades raciais, do racismo, sexismo e de outras interseccionalidades.

Então, para quem tiver interesse de submeter: o artigo deve ter no máximo 10 (dez) laudas, letra Times New Roman, fonte 12, espaçamento 1,5, texto justificado. Os artigos deverão ser enviados para o email: emanuelle.goes@institutoodara.org.br. As organizadoras do livro são Denize Ribeiro (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e Emanuelle Goes (Odara – Instituto da Mulher Negra). O prazo para o envio dos artigos será até dia 05/11/2014

28 Encontro da 6ª Câmara do MPF discute conflitos e estratégias de soluções para a questão Quilombola
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Foto: MPF

O evento prossegue na tarde de hoje e durante todo o dia de amanhã no Gran Hotel Stella Maris, em Salvador, com a participação de procuradores, servidores do MPF, representantes da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos e pescadores artesanais

MPF/BA

A fim de apresentar um conjunto de enunciados e propostas para o enfrentamento de conflitos no cotidiano institucional, envolvendo povos tradicionais e unidades de conservação de proteção integral, teve início na manhã desta quarta-feira, 8 de outubro, o II Encontro Temático da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) do Ministério Público Federal (MPF). O evento prossegue na tarde de hoje e durante todo o dia de amanhã no Gran Hotel Stella Maris, em Salvador/BA, com a participação de procuradores, servidores do MPF, representantes da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos e pescadores artesanais.

Com o tema “Quilombolas”, o encontro discute, em dois dias, políticas públicas para essas comunidades, territórios tradicionais não regularizados; licenciamento ambiental e consulta pública nesses territórios.

CONT.



Representantes dos movimentos de pescadores artesanais, que incluem quilombolas, também terão espaço no encontro para apresentação de suas demandas. Além da troca de experiências, o encontro vai discutir questões envolvendo a temática afeta a vários estados brasileiros, extrair problemas e estratégias de soluções comuns.

A escolha de Salvador para sediar a realização do evento foi destacada pelo procurador-chefe do MPF/BA, Pablo Coutinho Barreto, ao dar boas-vindas aos participantes na abertura do evento. “A questão quilombola é simbólica aqui na cidade”, disse Barreto, referindo-se principalmente à intermediação do MPF no conflito entre o Quilombo de Rio dos Macacos e a Marinha do Brasil pela área onde a comunidade está atualmente instalada, no entorno da Barragem dos Macacos, na divisa dos municípios de Salvador e Simões Filho/BA.

Além do procurador-chefe do MPF/BA, abriram o II Encontro Temático, a coordenadora da 6ª CCR, subprocuradora-geral da República Déborah Duprat; João Akira Omoto e Eliana Torelly, também membros da 6ª CCR, e a procuradora Regional, coordenadora do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais, Maria Luíza Grabner, da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR-3).

Maria Luíza destacou o lançamento do Manual de Atuação da 6ª CCR “Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral – Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais”, que traz a experiência da 6ª CCR de mais de dez anos trabalhando na temática das sobreposições dos conflitos entre territórios tradicionais e unidades de conservação. A publicação vai auxiliar os membros do MPF no esforço de sistematização de informações e na aplicação de sugestões práticas, baseadas na perspectiva da conciliação de interesses.

Escrito por Maria Luíza em coautoria com a pesquisadora Eliane Simões e a antropóloga do MPF/SP, Débora Stucchi, o manual também pretende dirimir um vácuo na interpretação da legislação sobre unidades de conservação e comunidades tradicionais, utilizando os instrumentos jurídicos existentes – tanto nacionais quanto internacionais.

Do MPF/BA, participaram do encontro o procurador Regional dos Direitos do Cidadão Leandro Nunes, a procuradora da República do MPF em Ilhéus/BA Cristina Nascimento Melo e a antropóloga Sheila Brasileiro.

29 Estudantes indígenas do ICSA concluem graduação
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.10.2014



Foto: Alexandre Moraes

Thaís Braga – Assessoria de Comunicação da [UFPA](#)

Antonio Elielson Tembê e Jorge Alberto Sarmento dos Santos, da tribo Tembê Tene-tehara, são os primeiros estudantes indígenas a concluir a graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA). Os dois já integralizaram os créditos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), respectivamente. Agora, aguardam a cerimônia de outorga de grau.

Para destacar a importância do momento, tanto para os estudantes indígenas quanto para a UFPA, na manhã desta segunda-feira, 6, estiveram reunidos com o reitor Carlos Edilson de Almeida Maneschy os professores do ICSA – entre os quais, a coordenadora pedagógica do curso de Administração, professora Fíbia Guimarães Brito, e o coordenador adjunto do ICSA, professor Manoel Raimundo Tavares Farias; além de familiares e amigos dos indígenas. A pró-reitora de Ensino de Graduação, professora Maria Lúcia Harada, da mesma forma, prestigiou a cerimônia.

Gestão – Os professores do ICSA destacaram a importância dos estudantes indígenas terem obtido a formação superior em cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que, por meio dela, se torna possível aprimorar a gestão dos recursos e dos processos das sociedades em que estão inseridos. “As Ciências Sociais Aplicadas contribuem não só para o desenvolvimento do grande capital, mas também, no caso específico do Antonio Elielson e do Jorge, para a solução de problemas envolvendo os povos indígenas”, comentou a professora Fíbia Brito.

O tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Antonio Elielson foi “Análise Swot para a solução de problemas de saúde nas aldeias indígenas do Alto Rio Guamá”, enquanto o de Jorge Alberto foi

CONT.



“Instituições sem fins lucrativos: um estudo de caso na Associação Indígena Tembê das aldeias sede e Ituaçu”. As pesquisas estão disponíveis na biblioteca do ICOSA.

Políticas afirmativas – O professor Manoel Farias destacou que os estudantes indígenas cursaram, com sucesso, todos os componentes curriculares dos cursos. “Isso mostra que as políticas de inclusão são positivas e, por isso, não se pode parar por aqui. Devemos acompanhar os egressos”, disse.

Para o reitor da UFPA, Carlos Maneschky, a inclusão feita pela UFPA, além de legítima, é mais virtuosa do que qualquer outra, pois incorpora o direito a quem foi negado por tanto tempo. “Um dos nossos orgulhos é a inclusão de quilombolas, indígenas e portadores de deficiência (PcD), que começou há quase quatro anos. A ousadia da UFPA trouxe problemas no primeiro momento, pois não dispunha das condições ideais para receber e fazer com que esses estudantes permanecessem no ensino superior. No entanto, se fôssemos esperar essas condições ideais, talvez elas nunca chegassem”, disse. “Portanto, o processo é de constante aprendizado. O problema é nosso de não saber como manter esses estudantes no ensino superior, mas são eles que devem nos dizer o que precisa ser feito”, complementa o reitor.

Luta antiga – Pedro Batista Pastana Tembê, pai de Antonio Elielson, afirmou que os Tembê Tene-tehara mantêm contato com os não indígenas há muito tempo. Desde a década de 1970, reivindicam melhorias na educação. “Antes, tínhamos acesso até a 4ª série do ensino fundamental”, contou.

Por isso, a responsabilidade de Antonio Elielson e Jorge Alberto é ainda maior. Ao retornarem para as sociedades deles, devem contribuir para a melhoria das condições do próprio povo. “Nesse sentido, vocês dois foram desbravadores – e, talvez por isso, tenham sofrido as maiores consequências. Enfrentaram muitas dificuldades, mas conseguiram concluir esta fase. Agora, devem mostrar onde a Universidade está errando para não só atrair mais alunos indígenas para cá como também para fortalecer as relações entre indígenas e não indígenas”, disse Maneschky. “Não queremos que os indígenas esqueçam sua cultura e suas tradições quando vierem cursar a graduação, mas que essas diferenças sejam respeitadas e engrandecidas.”

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Elen Pessoa.